



Defensora-geral e secretária de Educação debatem ocupações em escolas mineiras



PÁGINA 6

Defensora pública toma posse como subsecretária de Humanização e Atendimento da Seap



PÁGINA 10

Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais promove I Encontro Estadual de Execução Penal



PÁGINAS 33 E 34

Defensora pública-geral abre a Semana do Servidor 2016 da DPMG, em Belo Horizonte

PÁGINA 34

MENSAGEM DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL



Caros amigos e colegas defensores públicos e servidores,

Intenso trabalho marcou a última quinzena. Destaco a realização do I Encontro Estadual de Execução Penal, importante momento de capacitação e intercâmbio de ideias, e que contou com a presença do secretário de Estado de Casa Civil, Marco Antônio de Rezende Teixeira.

Ressalto a atuação da DPMG na questão das ocupações escolares. No dia 23, reuni-me com a secretária de Estado de Educação, para tratamos de questões relacionadas à articulação conjunta para a garantia dos direitos fundamentais dos envolvidos. Com a convicção de que a mediação é o melhor caminho, encaminhei pedido de criação de um grupo interinstitucional para tratar das ocupações, sob o enfoque da mediação de conflitos e solução extrajudicial. No dia 24, defensores públicos participaram de audiência pública sobre a questão. Estamos atuando para a busca de soluções de eventuais conflitos, visando à garantia do direito de manifestação nas ocupações escolares, bem como, à proteção da integridade dos envolvidos. Esta edição traz também o registro de reunião com o vice-prefeito de Belo Horizonte eleito, realizada para debater formas de aperfeiçoar as relações entre o Município e a DPMG.

Outro destaque foi o Casamento Comunitário realizado pela Defensoria Pública em Santa Luzia. Mais uma ação extrajudicial da nossa Instituição, que contribuiu para a transformação social e conferiu mais cidadania, autoestima e inclusão social a 28 casais.

Ainda no campo das atuações, várias ações destacaram-se: ação civil pública, para suspender prazo de validade de concurso da Secretaria de Estado de Educação; ação contra termo aditivo que transfere para a PBH Ativos recursos do Município que seriam usados em obras de saneamento básico; envio à PIEP

de recomendação baseada nas Regras de Bangkok e Mandela; e os debates sobre regularização do bairro Capitão Eduardo e sobre violência doméstica, na Vila Maria.

Acompanhe também a participação da DPMG no III Congresso Estadual dos Defensores Públicos de Minas Gerais; na inauguração do Fórum de Conciliação, Mediação e Cidadania da Capital; na formalização de convênio entre o TJMG e a Cemig; na reunião do Condege realizada em São Paulo; e no seminário “Promoção da Cultura da Paz e as mídias sociais do século XXI”.

Ainda no âmbito das relações interinstitucionais, destaco a participação no encontro internacional sobre direito à saúde; na cerimônia de entrega de ambulâncias para o sistema prisional; no Fórum Técnico Startups; na audiência que discutiu políticas públicas de proteção à mulher no Vale do Jequitinhonha; na cerimônia de entrega de kits de segurança a agentes penitenciários na Cidade Administrativa; na audiência pública que debateu a situação do assentamento na Fazenda Ariadnópolis; na inauguração do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania em Conceição do Mato Dentro; e na solenidade de encerramento do Mês Nacional do Júri.

Em âmbito interno, ressalto a realização da Semana do Servidor, parabenizando, em nome dos contemplados como Servidor Destaque, todos os nossos servidores; e também a visita da Defensoria-Geral à unidade da Defensoria Pública em Ponte Nova e à diretora do foro da comarca de Mariana.

Outros destaques foram a atuação da Defensoria Pública Itinerante em Conceição do Mato Dentro; a participação na 11ª Semana Nacional de Conciliação e Mediação, em Santos Dumont; a reunião da Corregedoria-Geral com os defensores públicos relatores do estágio probatório do VII Concurso; e a participação em projeto de pacificação social realizado em Cássia. Fique por dentro ainda das edições dos projetos Sala de Espera e Escutatória.

Despeço-me convidando a todos para participarem da campanha que beneficiará crianças carentes atendidas pela ONG “O Proação”. Doe um brinquedo ou caixas de bombons, panetones e biscoitos recheados (waffer) e ajude a alegrar o Natal das crianças. As doações devem ser entregues na Ascom até o dia 16/12.

Um abraço e boa leitura!

Christiane Neves Procópio Malard
Defensora Pública-Geral

DPG participa da abertura do III Congresso Estadual dos Defensores Públicos de Minas Gerais

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, participou da abertura do III Congresso Estadual dos Defensores Públicos de Minas Gerais, no dia 17.11.2016, no auditório da Defensoria Pública, na Capital.



Compuseram a mesa de honra: o secretário do Conselho Superior, Galeno Gomes Siqueira; a defensora-geral, Christiane Malard; o presidente da Adep-MG, Eduardo Cyrino Generoso; o diretor Institucional da OAB/MG, Fabrício Souza Cruz Almeida; e o palestrante da noite, defensor público, Alexandre Paranhos Pinheiro Marques

A palestra de abertura foi proferida pelo defensor público, Alexandre Paranhos Pinheiro Marques, em atuação no Rio de Janeiro, que abordou o tema “A monetarização da execução penal – os reflexos da pena de multa no direito de liberdade”.



Defensor público, Alexandre Paranhos Marques; diretora Cultural da Adep-MG, Samantha Vilarinho Mello Alves; DPG Christiane Malard; e o presidente da Associação, Eduardo Generoso

Ciclo de palestras

No segundo dia do ciclo de palestras, o defensor público de São Paulo, César Augusto Luiz Leonardo, discorreu sobre o “Direito probatório no novo CPC”, abordando diversos aspectos do novo Código de Processo Civil.

Na parte da tarde, os defensores públicos no Rio Grande do Sul, Arion Escorsin de Godoy e Domingos Barroso da Costa, proferiram palestra “A Defensoria Pública enquanto pressuposto de democracia no Brasil: educação em direitos, prevenção e solução extrajudicial de conflitos”.

A defensora do estado do Rio de Janeiro, Elisa Costa Cruz, com o tema “O direito à convivência familiar e o Marco Legal da Primeira Infância”, e o advogado Marcelo Feller, que falou sobre “Experiências da advocacia criminal privada úteis à Defensoria Pública”, fecharam o ciclo de palestras do congresso.

continua >>

Continuação

DPG participa da abertura do III Congresso Estadual dos Defensores Públicos de Minas Gerais

Entrega de comendas

Houve, ainda, entrega de comendas da Adep-MG, com a participação da defensora-geral, Christiane Malard, e do corregedor-geral da DPMG, Ricardo Sales Cordeiro. O presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), Joaquim Neto, foi agraciado com a Medalha do Mérito Profissional. A Meda-

lha Umbelina Lopes foi entregue à deputada estadual Rosângela Reis.

Promovido pela Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG), o congresso discutiu assuntos de interesses da classe e, em prol do desenvolvimento da cidadania e do acesso à Justiça, a partir da ótica dos defensores públicos.



O corregedor-geral da DPMG, Ricardo Sales Cordeiro; o defensor público, Fernando Campelo Martelleto, membro do Conselho Superior; o presidente da Anadep, Joaquim Neto; a deputada estadual Rosângela Reis; o presidente da Adep-MG, Eduardo Generoso; a defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard; e o vice-presidente da Adep, Heitor Teixeira Lanzellotti Baldez

Defensora-geral participa da inauguração do Fórum de Conciliação, Mediação e Cidadania da Capital

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, participou, no dia 21.11.2016, da inauguração do Fórum de Conciliação, Mediação e Cidadania, no bairro Gutierrez, na Capital, e da abertura da 11ª Semana Nacional de Conciliação e Mediação, que ocorre em todo o país entre 21 e 25 de novembro.

A cerimônia contou com a participação do presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, do governador Fernando Pimentel e a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Carmen Lúcia.

A ministra Carmen Lúcia destacou a importância da conciliação na garantia dos direitos da população. “O cidadão precisa saber que o Poder Judiciário está tentando fazer com que haja uma celeridade na Justiça sem perda do direito de quem quer que seja.

continua >>



A defensora pública, Eliane Medeiros, em atuação na área de Família da Capital; a coordenadora da área de Família da Capital, Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser; o desembargador Saulo Versiani Penna; a defensora pública-geral, Christiane Malard; e o coordenador Cível da Capital, Alexandre Tavares Costa

Continuação

Defensora-geral participa da inauguração do Fórum de Conciliação, Mediação e Cidadania da Capital

Ninguém quer abrir mão de seus direitos, e é importante que as pessoas saibam quais são eles. A busca de conciliação e mediação é uma transformação da forma de prestação da Justiça, garantindo aquilo que é de direito”, destacou Carmen Lúcia.

O Fórum de Conciliação irá abrigar o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Belo Horizonte (Cejusc-BH), que funcionava no térreo do Fórum Lafayette. A mudança irá ampliar a capacidade de atendimento de quatro mil audiências por mês para 6,5 mil reuniões mensais – um aumento de 62,5%.

A Defensoria Pública realizou, no dia da inauguração, treze audiências de conciliação no novo espaço, em uma parceria com o TJMG, para atendimentos pré-processuais no Cejusc-BH durante o evento. Participaram das audiências os defensores públicos Guilherme Tambasco, Adriana Passos, Márcia Brasil, Liliana Brant, Ana Gabriela Cardoso e Eduardo Furst.



O juiz Renan Chaves Carreira Machado; a coordenadora da área de Família da Capital, Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser; e a defensora pública-geral, Christiane Malard

O espaço passa a abrigar, mensalmente, 1.728 audiências de família, 3.456 cíveis, 504 de DPVAT, 576 criminais, 216 de Fazenda Pública e 72 empresariais.

Com informações da Agência Minas e TJMG

Defensora-geral participa de assinatura de convênio entre o TJMG e a Cemig

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, participou, no dia 23 de novembro, da cerimônia de assinatura de convênio entre o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e a Cemig Distribuição S.A., do qual o TJMG terá acesso gratuito ao cadastro de clientes da concessionária de energia.

A parceria, que irá permitir mais eficiência na lo-

calização das partes em processos judiciais, foi firmada pelo presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, e pelo presidente da Cemig, Mauro Borges Lemos. O acesso ao cadastro será feito pela internet, mediante senha e login, com a utilização de certificado digital pelos usuários do serviço credenciados pelo Tribunal.



Com a assinatura, o acesso ao banco de dados vai permitir mais agilidade e confiabilidade na localização de partes em processos

Defensora-geral e secretária de Educação debatem ocupações em escolas mineiras

A defensora pública-geral, Christiane Procópio Neves Malard, reuniu-se com a secretária de Estado da Educação, Macaé Maria Evaristo dos Santos, no dia 23.11.2016, na Cidade Administrativa, para tratar de questões relacionadas às ocupações escolares e à articulação conjunta para a garantia dos direitos fundamentais envolvidos.

Participaram do encontro, a assessora Institucional, Cibele Cristina Maffia Lopes; a coordenadora do projeto Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar (Mesc), Francis de Oliveira Rabelo Coutinho; o coordenador da Defensoria da Infância e Juventude Cível da Capital, Wellerson Corrêa; a subsecretária de Desenvolvimento da Educação Básica, Augusta Aparecida Neves de Mendonça; e a coordenadora das Superintendências Regionais de Ensino, Clélia Márcia Costa e a assessora de Estratégia da Secretaria de Educação, Carla Kreefft.

Durante a reunião, a defensora-geral, Christiane Malard, encaminhou pedido de criação de um grupo interinstitucional para tratar das ocupações, sob o enfoque da mediação de conflitos e solução extrajudicial das questões envolvidas. Na visão da defensora-geral, “a mediação é o melhor caminho para a busca de soluções dos eventuais conflitos e melhoria da comunicação dos atores envolvidos no processo”. Christiane Malard salientou também a importância da garantia do exercício do direito de manifestação nas ocupações escolares, bem como a proteção da integridade dos envolvidos.

Outro tema abordado foi a preocupação com a manutenção das aulas e a preservação da normalidade, a fim de que as ocupações de escolas em Minas, em sua maioria, preservem as aulas com atividades paralelas promovidas pelas ocupações.



A assessora de Estratégia da Secretaria de Educação, Carla Kreefft; a subsecretária de Desenvolvimento da Educação Básica, Augusta Aparecida Neves de Mendonça; a secretária de Educação, Macaé Evaristo; a defensora pública-geral, Christiane Malard; a assessora Institucional, Cibele Maffia; a coordenadora das Superintendências Regionais de Ensino, Clélia Márcia Costa; a coordenadora do Mesc, Francis Coutinho e o defensor público, Wellerson Corrêa



DPG Christiane Malard: “a mediação é o melhor caminho para a busca de soluções dos eventuais conflitos e melhoria da comunicação dos atores envolvidos no processo”.



Defensora-geral de Minas Gerais participa de reunião do Condege em São Paulo

A defensora pública-geral de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio Malard, representou a Instituição em reunião do Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais (Condege) realizada no dia 25.11.2016, na sede da Defensoria Pública de São Paulo. Christiane Malard estava acompanhada pelo assessor Institucional, Nikolas S. Macedo Katopodis.

Durante o encontro, foram debatidos temas como a realização, pelo Condege, de evento sobre direito à moradia; programa de desenvolvimento humano e sustentável; Convenção de Nova York sobre Cooperação em Pensão Alimentícia; peticionamento integrado e intercâmbio de informações entre Defensorias; acordo de cooperação técnica entre Condege, Defensorias e a União; e a Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.603, que contesta a atribuição do defensor público-geral da União de represen-

tar judicial e extrajudicialmente a Defensoria Pública da União (DPU).

Ao abrir a reunião, o presidente do Condege, defensor público-geral do Distrito Federal, Ricardo Batista Sousa, afirmou que o fim de ano é um momento de dificuldades para fechamento de contas, principalmente em períodos de crise como o atual, e que o Condege trabalha para superar essa situação. Ricardo Sousa defendeu a necessidade de mobilização no Congresso Nacional em prol das Defensorias Públicas e afirmou que buscará uma articulação unificada por meio da Associação Nacional de Defensores Públicos (Anadep).

Antes da reunião, os representantes das Defensorias presentes foram conhecer o prédio onde a Defensoria paulista realiza o atendimento inicial na Capital, a convite do defensor público-geral de São Paulo, Davi Depiné.



Defensora-geral, Christiane Malard, e o assessor Institucional, Nikolas Katopodis (3ª e 4ª posições, à esquerda)



Participaram do encontro representantes de 11 Defensorias estaduais, do Distrito Federal, além da Defensoria Pública da União e da Anadep



Defensora-geral prestigia abertura da II Conferência Nacional da Mulher Advogada

No dia 28.11.2016, a defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, representou a Instituição na abertura da II Conferência Nacional da Mulher Advogada.

“Democracia e Gênero” é o tema central da conferência, que tem o objetivo de levantar as principais bandeiras do universo feminino frente aos desafios da advocacia contemporânea.

Promovido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o evento prosseguiu até o dia 29 de novembro.

2016: Ano da Mulher Advogada

O Conselho Federal da OAB proclamou 2016 como o Ano da Mulher Advogada. O objetivo é voltar os esforços à implementação do Plano Nacional de Valorização da Mulher Advogada, aprovado pela entidade no ano passado. O plano contém diversas ações que garantem a efetiva participação das profissionais na Ordem e a proteção de suas prerrogativas.

continua >>



Defensora-geral, Christiane Malard (5ª posição, à direita), compõe a mesa de honra



Presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada da OAB, Eduarda Mourão; presidente da OAB/MG, Antônio Fabrício de Matos Gonçalves; vice-presidente da OAB/MG e vice-presidente da Comissão, Helena Delamonica; e defensora-geral, Christiane Malard



Tesoureiro adjunto da OAB/MG, Adriano Cardoso da Silva; DPG Christiane Malard; e o tesoureiro da OAB/MG, Sérgio Rodrigues Leonardo

Continuação

Defensora-geral prestigia abertura da II Conferência Nacional da Mulher Advogada



A defensora-geral, Christiane Malard, acompanhada pelo comandante da 4ª Região Militar, general de Divisão Walmir Almada Schneider Filho, e pelo diretor de comunicação organizacional da PMMG, coronel Marvel Cristo



2º vice-presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Larissa Rodrigues Amaral; desembargadora Kárin Liliane de Lima Emmerich e Mendonça; e defensora-geral, Christiane Malard

Conselho Superior inicia debates sobre atuação da Instituição em Brasília



Os membros do Conselho Superior da DPMG reuniram-se em sessão extraordinária, no dia 22 de novembro, para iniciar os debates sobre a proposta de deliberação que regulamenta a atuação da Defensoria Pública de Minas Gerais junto aos Tribunais Superiores, em Brasília. Procedimento nº 26/2016.

Eventos

Defensora pública toma posse como subsecretária de Humanização e Atendimento da Seap

A solenidade foi realizada no dia 30.11.2016, na Cidade Administrativa, em Belo Horizonte.

A defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pelo subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima, na cerimônia de posse da defensora pública, Emília Castilho, como subsecretária de Humanização e Atendimento da Secretaria de Estado de Administração Prisional de Minas Gerais (Seap), antiga Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds).

Para a subsecretária, que tem a missão de promover a humanização do atendimento e a inclusão social dos indivíduos privados de liberdade, “o desafio é grande; mas a vontade de realizar um bom trabalho é ainda maior”. Emília Castilho é titular da Defensoria Pública Especializada da Infância e Juventude – Ato Infracional.

Para o secretário de Estado de Administração Prisional Francisco Kupidowski, a expertise da defensora pública irá aprimorar a humanização do sistema prisional – uma das metas de sua gestão. “Se hoje temos 300 instituições parceiras e mais de 14 mil presos trabalhando, o objetivo é ampliar ainda mais esses números”, destacou Kupidowski.

Trabalho

Atualmente, há 14.191 presos trabalhando, enquanto cumprem a pena nas unidades prisionais mineiras. Pelo trabalho, eles recebem remição de pena – a cada três dias trabalhados, um a menos na condenação. Desse total, cerca de 4.500 são remunerados.



O secretário de Estado de Administração Prisional, Francisco Kupidowski; e a subsecretária Emília Castilho

Estudo – Aproximadamente 8.000 detentos cursam a educação básica (ensino fundamental e médio) nas 119 escolas estaduais e municipais, instaladas dentro das unidades prisionais. Além disso, 271 reclusos estão matriculados no ensino superior.

Ressocialização – O estudo e a profissionalização colaboram com o processo de ressocialização para que, ao findar da pena, o egresso do sistema prisional possa retornar ao convívio da sociedade com condições dignas de entrar para o mercado trabalho.

Com informações da Seap

FOTO: GIL LEONARDI / IMPRENSA MG



A cerimônia de posse contou também com a presença do secretário adjunto de Administração Prisional, Robson Silva; do chefe de gabinete da Seap, Edmar Assis; do subsecretário de Segurança Prisional, Washington Clark; do subsecretário de Gestão Administrativa, Logística e Tecnologia, Wilson Gomes; e da corregedora da Seap, Katiúcia Fernandes

Defensoria Pública participa do Seminário “Promoção da Cultura da Paz e as mídias sociais do século XXI”

A defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pela defensora pública, Cleiva Isabel Detomi, na cerimônia de abertura do Seminário “Promoção da Cultura da Paz e as mídias sociais do século XXI”, realizado, no dia 17.11.2016, em São João de-Rei, pela Cáritas, organização da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em parceria com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (Sedpac) e a Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

A proposta da realização do seminário surgiu a partir da constatação de que, em 2015, 33 municípios mineiros completaram pelo menos dez anos sem registro de homicídios em suas localidades. Esses municípios foram contemplados com o Prêmio Mineiro de Direitos Humanos 2015, concedido pela Sedpac. A premiação foi entregue, durante o evento, pelo secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Nilmário Miranda.

Boas práticas de manutenção da paz

No seminário, por meio da análise dos fatores sociais, políticos e culturais presentes nesses municípios, foram discutidas políticas públicas que podem ser desenvolvidas para se promover essa cultura da paz nas demais cidades mineiras. O evento debateu, ainda, as potencialidades das mídias sociais e da

participação digital, na manutenção desse legado positivo e respeito às diferenças existente nessas comunidades.

O encontro contou com a participação de estudantes universitários, professores e representantes das prefeituras premiadas.

Os municípios premiados foram: Alto Caparaó, Arantina, Belmiro Braga, Capela Nova, Caranaíba, Carancas, Casa Grande, Conceição da Barra de Minas, Congonhal, Dom Viçoso, Douradoquara, Fama, Gonçalves, Grupiara, Ibituruna, Ingaí, Itambé do Mato Dentro, Madre de Deus de Minas, Maripá de Minas, Minduri, Olímpio Noronha, Paiva, Passabém, Pequeri, Rio Doce, Rochedo de Minas, Santana do Garambéu, Santo Antônio do Rio Abaixo, São João da Mata, Senhora dos Remédios, Serranos, Turvolândia e Itamarati de Minas.

Neste ano, o Prêmio Mineiro de Direitos Humanos vai premiar ações, programas ou projetos voltados à promoção, proteção e defesa de direitos humanos sob a temática de Mediação de Conflitos Coletivos e/ou outras formas de prevenção e solução pacífica de conflitos coletivos.

>> O regulamento da edição 2016 do Prêmio está disponível no site da Sedpac (www.direitoshumanos.mg.gov.br).

Com informações da Agência Minas

A defensora pública, Cleiva Isabel Detomi (à direita), compõe a mesa de honra, com a participação do secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Nilmário Miranda (em pé)



EVENTOS | *Continuação*

Defensoria Pública participa da abertura de encontro internacional sobre direito à saúde

O coordenador da Defensoria Especializada de Saúde, Bruno Barcala Reis, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, na abertura do Encontro Internacional Direito à Saúde, Cobertura Universal e Integralidade Possível, no dia 17.11.2016, no Minascentro, na Capital. O evento abordou questões como modelos constitucionais de direito a saúde, financiamento da área em diferentes países e a cobertura oferecida à população pelos sistemas públicos de saúde.

Organizado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), em parceria com o Grupo Banco Mundial, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), o encontro reuniu especialistas de países como Chile, Argentina, México e Costa Rica.

Em sua intervenção, Bruno Barcala destacou a atuação da Defensoria Pública “na promoção de solu-

ções céleres, amigáveis e eficientes, como na judicialização responsável e consciente”. Conforme o defensor público, a participação no encontro é importante para o acompanhamento da evolução da regulação da saúde nos países envolvidos, assim como das posições de entidades e membros da saúde pública neste debate internacional. Bruno Barcala lembrou a participação da Defensoria Pública de Minas Gerais no encontro realizado em 2014, na Colômbia.

Na abertura do encontro, o ex-ministro da Saúde, José Gomes Temporão, abordou o Sistema Único de Saúde (SUS) e destacou as dificuldades e contribuições do sistema na sociedade brasileira. Lembrou que se trata de uma das políticas sociais mais expressivas na saúde, com grande impacto para a população. “O SUS foi concebido para atender a todos e não só aos pobres”, disse.

Com informações da ALMG



O defensor público e coordenador da Defensoria Especializada de Saúde, Bruno Barcala; o deputado estadual, Arlen Santiago; o economista sênior de Saúde do Banco Mundial, Roberto Lunes; o desembargador e primeiro vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Geraldo Augusto de Almeida; o deputado estadual, Antônio Jorge; o promotor de justiça e secretário-geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, José Carlos Fernandes Júnior; o secretário de Estado da Saúde de Portugal, Manuel Delgado; o secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte, Fabiano Pimenta; e a assessora especial do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Alethele de Oliveira Santos



EVENTOS | *Continuação*

Defensoria Pública participa do projeto “Segunda-feira, 18h”

O coordenador Regional Cível da Capital, Alexandre Tavares Costa, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, no dia 21.11.2016, no projeto “Segunda-feira, 18h”, promovido pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), no auditório Vermelho da Procuradoria-Geral de Justiça, ocasião em que o professor Nelson Nery Júnior proferiu a palestra “Recursos no segundo grau de jurisdição”.

O professor Nelson Nery Júnior, a promotora Danielle Germano Arlé; e o defensor público Alexandre Tavares Costa



Defensoria Pública participa de audiência pública sobre assentamento em Campo do Meio na Assembleia Legislativa

Os defensores públicos Aylton Rodrigues Magalhães e Ana Cláudia da Silva Alexandre, em atuação na Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, participaram, no dia 22.11.2016, da audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), para debater a situação do assentamento na Fazenda Ariadnópolis, no município de Campo do Meio, no Sul de Minas.

O decreto do governador Fernando Pimentel, assinado em 2015 e referente à desapropriação de uma área de cerca de 3.600 hectares, foi suspenso devido a um mandado de segurança impetrado pela Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo (Capia).

Para o defensor público, Aylton Rodrigues Magalhães, a edição dos decretos pelo governo foi uma solução justa e pacífica, para a luta pela reforma agrária

em Campo do Meio. Ressaltou que a Defensoria Pública considera legais os decretos editados pelo governador e a expectativa é de que eles sejam validados. “Não é decreto de reforma agrária pura e simples. É um decreto que busca dar segurança da posse da terra, que já é exercida há muito tempo pelas famílias”, disse.

A defensora pública, Ana Cláudia da Silva Alexandre, também ressaltou a importância da solução jurídica encontrada para viabilizar a desapropriação de terras em Campo do Meio. “Temos a ocupação de uma terra que não cumpre nenhuma função social. Somos um País com grande concentração de terras, em que há uma concessão de privilégios que ofende a ordem jurídica”, afirmou.

A Comissão de Direitos Humanos aprovou durante a audiência um requerimento ao TJMG com o apelo para que a desapropriação seja legitimada, no julgamento do mandado de segurança impetrado pela Capia, argumentando se tratar de uma decisão justa e constitucional, apoiada pela Comissão e por vários órgãos estaduais.

Julgamento

A Defensoria Pública, por meio da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, requereu o ingresso no processo ajuizado pela Capia, na condição de amicus curiae, manifestando-se favoravelmente à validade do ato impugnado.

Em julgamento realizado pelo órgão Especial do TJMG, no dia 23 de novembro, a ordem requerida pelo impetrante foi denegada por maioria dos votos dos desembargadores. A Defensoria esteve presente ao julgamento, tendo realizado sustentação oral.

FOTO CLARISSA BARÇANTE/ALMG



O defensor público, Aylton Rodrigues Magalhães, durante a audiência pública na ALMG

Com informações da ALMG.

EVENTOS | *Continuação*

Defensoria Pública participa de cerimônia de entrega de ambulâncias para o sistema prisional

No dia 23.11.2016, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pelo coordenador Regional Cível da Capital, Alexandre Tavares Costa, na solenidade de entrega de 50 ambulâncias à Secretaria de Estado de Administração Prisional (Seap). Os veículos serão usados para atender às demandas dos núcleos de saúde de unidades prisionais de 34 municípios.

A defensora pública, Emília Eunilce Alcaraz Castilho, também prestigiou a solenidade, que foi realizada no Palácio Tiradentes, na Cidade Administrativa, com a presença do governador Fernando Pimentel.

Na abertura da cerimônia, o governador destacou o trabalho realizado pela Defensoria Pública. “Quero agradecer o trabalho da Defensoria Pública, que tem

um dos mais importantes projetos hoje na área prisional, o programa Defensoria no Cárcere, que está começando agora e que vai, com toda a certeza, ajudar muito a criar vagas, esvaziando as prisões, porque quase metade dos nossos presos são provisórios e, com um esforço concentrado, com toda certeza, muitos deles, que já poderiam estar em liberdade, serão liberados, abrindo vagas”, afirmou.

FOTO: MANOEL MARQUES / IMPRENSA MG



Defensora pública, Emília Eunilce Alcaraz Castilho, e o coordenador Regional Cível da Capital, Alexandre Tavares Costa

Coordenador Regional Cível da Capital, Alexandre Tavares Costa (2ª posição, à esquerda), compõe o dispositivo de autoridades

Entrega de kits de segurança a agentes penitenciários

FOTO: MANOEL MARQUES/IMPRENSA MG



O governador Fernando Pimentel; o coordenador Regional Cível da Capital, Alexandre Tavares Costa; o secretário de Governo, Odair Cunha; o deputado Cabo Júlio; o secretário da Seap, Francisco Kupidowski; o secretário de Segurança Pública, Sérgio Barbosa; a delegada Rosely Baêta; e o secretário executivo do Fórum Regional do Território Metropolitano, Ronaldo Manassês

O defensor público e coordenador Regional Cível da Capital, Alexandre Tavares, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Malard, em evento na Cidade Administrativa, dia 24.11.2016, ocasião em que o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, entregou 192 kits de segurança a agentes de segurança penitenciário.

Cada kit é composto por uma pistola calibre 40 e um colete balístico. Além de promover ações para aumentar a segurança dos agentes, o objetivo dessa iniciativa é ampliar a proteção desses profissionais, devido à natureza de risco de suas atividades funcionais.

A entrega dos kits é uma iniciativa da Secretaria de Estado de Administração Prisional (Seap) e, somada a outras ações, potencializará a proteção e a resposta a casos concretos, cuja medida de proteção seja requerida.

Defensoria Pública participa do Fórum Técnico *Startups* na Assembleia Legislativa

O coordenador da Defensoria Especializada do Consumidor, Daniel Firmato de Almeida Glória, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, no dia 23.11.2016, na abertura da etapa final do Fórum Técnico Startups em Minas Gerais – A construção de uma nova política pública, que prosseguiu até o dia 25, no teatro da Assembleia Legislativa. O objetivo do evento foi colher sugestões da sociedade para aprimorar o Projeto de Lei (PL) 3.578/16, que dispõe sobre a política estadual de estímulo, incentivo e promoção ao desenvolvimento de *startups*.

Daniel Firmato considerou relevante a iniciativa da Assembleia Legislativa de discutir o estabelecimento de marco regulatório para as startups. “Minas Gerais está na vanguarda, o que trará segurança jurídica para novos investimentos no Estado, fazendo com que manchete como a do jornal *Valor Econômico* do dia 22 de novembro, que registrava a migração das empresas de startup do Brasil em direção aos Estados Unidos, não mais se repita, sendo substituída, sim, pela migração e pela consolidação destas empresas em Minas Gerais, que passará a ter moderna legislação com incentivos concretos para as startups”, ressaltou.



O cônsul para Assuntos Econômicos do Ministério da Economia da Embaixada de Israel no Brasil, Daniel Kolbar; o coordenador da Defensoria Especializada do Consumidor, Daniel Firmato; os deputados estaduais Dalmo Ribeiro Silva, Antônio Carlos Arantes e Gil Pereira; o presidente da Câmara Minas Gerais-Israel de Comércio e Indústria, Marcos Brafman; e o deputado estadual Felipe Attiê

DPMG participa de audiência que discutiu políticas públicas de proteção à mulher no Vale do Jequitinhonha

A assessora Institucional, Cibele Cristina Maffia Lopes, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, no dia 23.11.2016, na audiência promovida pela Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), que debateu as políticas públicas de proteção à mulher no Vale do Jequitinhonha. Cerca de cem mulheres originárias de 20 cidades da região do Vale do Jequitinhonha participaram da reunião.

Dados apresentados durante o encontro mostram que os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri contam com quatro delegacias regionais, somente uma delas especializada em mulheres, e, somente 5, das 26 comarcas, contam com a presença da Defensoria Pública. Também não há patrulhas do Serviço de Prevenção à Violência Doméstica contra Mulheres (PVD) no Jequitinhonha, ficando a mais próxima delas em Teófilo Otoni, no Mucuri.

Em sua explanação, Cibele Maffia destacou que a

assistência à mulher pela Defensoria Pública é direito “assegurado expressamente nos artigos 27 e 28 da Lei Maria da Penha. É preciso, portanto, que esse imperativo da lei seja urgentemente aplicado na prática. E nosso grande desafio nessa tarefa é expandir a Defensoria Pública. Mas como expandir o acesso à Defensoria Pública? Como cumprir o imperativo da EC n.º 80/2014 de serem instaladas Defensorias Públicas em todo o Estado no prazo de oito anos?”, questionou.

continua >>

Continuação

DPMG participa de audiência que discutiu políticas públicas de proteção à mulher no Vale do Jequitinhonha

FOTOS: RICARDO BARBOSA/ALMG



Simone Aparecida Albuquerque (subsecretária de assistência social da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social), Nívia Moura Silva (promotora de justiça), Herta Chaves Coimbra (delegada de polícia da Polícia Civil de Minas Gerais), Doutor Jean Freire (deputado estadual PT/MG), Lízian Maria Silva Martins (representante das Mulheres da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Jequitinhonha), Cibele Maffia (defensora pública), Kessiane Goulart Silva (coordenadora de Educação em Direitos Humanos da secretaria de Estado de Educação), Andreza Abreu Gomes (coordenadora especial de prevenção à criminalidade da Secretaria de Estado de Segurança Pública), Márcia Dayrell (diretora de redes de assistência de saúde da Secretaria de Estado de Saúde)

“O caminho para tanto”, prosseguiu a defensora pública, “é a estruturação contínua da Instituição, bem como a abertura de concursos públicos periódicos para ingresso na carreira. Hoje, dos 1.200 cargos criados, pouco mais da metade encontram-se providos. Das 296 comarcas existentes no Estado, estamos presentes em apenas 113. De um total de 12 Comarcas da Regional da Defensoria Pública do Vale do Jequitinhonha, apenas duas contam com a presença da Instituição; já no Vale do Mucuri, das 14 Comarcas abrangidas pela Regional da Defensoria Pública, apenas três contam com nossa presença”.

De acordo com Cibele Maffia, “para que essa realidade de escassez de membros na Instituição seja alterada, é indispensável dotação orçamentária para a abertura de concursos públicos. Por isso, Deputado Jean Freire, nós aproveitamos a oportunidade para renovarmos o apoio que temos obtido desta Casa e de seus parlamentares à aprovação do nosso orçamento para que possamos realizar concurso público no ano que vem. Em momentos de crise temos que

A defensora pública, Cibele Maffia, durante explanação na audiência pública na Assembleia Legislativa discutiu políticas públicas de proteção à mulher no Vale do Jequitinhonha



eleger prioridades e a defesa da mulher, por meio de uma rede completa de atendimento, na qual está inserida a Defensoria Pública, é prioridade absoluta, não temos dúvidas disso”, frisou.

continua >>

EVENTOS | Continuação

DPMG participa de audiência que discutiu políticas públicas de proteção à mulher no Vale do Jequitinhonha

A assessora Institucional ressaltou ainda ser “importante registrar, como muito bem colocado pela representante das Mulheres da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Jequitinhonha, Lizian Maria Silva Martins, a necessidade de capacitação dos profissionais da rede de atendimento à mulher. Não basta um número maior de defensores públicos, precisamos de defensores públicos capacitados, porque o viés da violência contra a mulher vai muito além do aspecto estritamente jurídico, o que posso falar por experiência própria como titular da Defensoria Especializada na Defesa da Mulher Vítima de

Violência da Capital. Por isso a necessidade também, deputado Jean Freire, de reforço do apoio desta Casa na aprovação do PPAG para liberação de verba para a capacitação de Defensores Públicos e estruturação de nossa Escola Superior”.

Ao encerrar sua explanação, Cibele Maffia destacou que “a despeito de todas nossas limitações, até porque administrar deficiências faz parte de nosso cotidiano, a Defensoria Pública está de portas abertas às mulheres para atendê-las no que for possível, bem como para buscar soluções para ampliação de nosso atendimento nos locais onde mais elas precisam”.

Defensoria Pública participa de audiência pública da ALMG sobre ocupações em escolas

Em audiência realizada na Escola Estadual Central, estudantes cobraram do Estado apoio e proteção ao movimento. Defensoria Pública atua para averiguar denúncias de repressão policial em manifestação estudantil e dar garantias aos estudantes.

A defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pelo coordenador da Defensoria Especializada de Infância e Juventude – Cível, Wellerson Eduardo da Silva Corrêa, e pela defensora pública, Francis de Oliveira Rabelo Coutinho, em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas

Gerais (ALMG) realizada no dia 24.11.2016, na Escola Estadual Central, na Capital. Desde o início de outubro, a escola está ocupada por alunos do ensino médio. Ao todo, quase 600 escolas e mais de 220 universidades estão ocupadas no País. Em Minas Gerais, são quase 100 ocupações.

continua >>

Defensores públicos, Francis Coutinho e Wellerson Corrêa (3ª e 4ª posições, à esquerda)

EVENTOS | *Continuação***Defensoria Pública participa de audiência pública da ALMG sobre ocupações em escolas**

Durante a reunião, alunos de escolas ocupadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte cobram do Estado apoio e proteção ao movimento, que é contrário à reforma do ensino médio e à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/16, que limita o crescimento dos gastos públicos federais.

A audiência foi realizada por requerimento do presidente da comissão, deputado Cristiano Silveira, e contou com a participação dos deputados Marília Campos e Rogério Correia; de líderes estudantis; da diretora de Juventude da Secretaria de Estado de Educação (SEE), Priscylla Ramalho, representando a secretária Macaé Maria Evaristo dos Santos; da chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), Lygia Pereira; do advogado Daniel Deslandes, membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB/MG; da coordenadora do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE), Beatriz Cerqueira; e do membro da Rede em Defesa da Humanidade- Capítulo Brasil, Betinho Duarte.

Os participantes demonstraram apoio ao movimento e ao entendimento geral, no sentido de garantir o direito das manifestações estudantis, sem violência e repressão policial que devem ser investigadas e coibidas, com punição de seus agentes.

Os defensores públicos, Wellerson Eduardo da Silva Corrêa e Francis de Oliveira Rabelo Coutinho, expressaram preocupação com a garantia de direitos e propuseram a escolha da mediação como instrumento prioritário na solução de conflitos e busca de diálogo construtivo na escola.

Os defensores destacaram a agenda já iniciada pela Instituição com a secretária de Estado de Edu-

cação, que se reuniu com a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, no dia 23, visando à articulação conjunta para a garantia dos direitos fundamentais dos envolvidos, e colocaram à disposição a atuação conjunta da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), por meio do projeto de Mediação Escolar (Mesc), e da Defensoria Especializada de Infância e Juventude – Cível.

Para a defensora pública da DPDH e coordenadora do projeto Mesc, Francis Coutinho, “a audiência pública sobre as ocupações escolares realizada no Estadual Central demonstra o envolvimento das instituições públicas democráticas na salvaguarda do exercício dos direitos constitucionais da manifestação e educação digna. A escolha do palco daquela escola pública demonstra a visão da necessidade da busca, cada vez maior, da horizontalidade das relações com os movimentos sociais, ao invés de sua criminalização”.

Repressão em manifestação

A audiência pública foi interrompida após denúncia de repressão da Polícia Militar em manifestação de estudantes que estava ocorrendo na Praça Sete, no Centro de Belo Horizonte. A Defensoria Pública e autoridades presentes iniciaram as ações de urgência exigidas pela situação. A defensora Francis Coutinho e o deputado Rogério Correia dirigiram-se ao local da manifestação. O coordenador da Defensoria Especializada de Infância e Juventude – Cível, Wellerson Eduardo da Silva Corrêa, tomou as providências para a averiguação da situação dos menores detidos e maiores presos.

Com informações da ALMG

Defensora pública, Francis Coutinho (à frente), acompanha a manifestação



EVENTOS

Defensoria Pública participa do encerramento do Mês Nacional do Júri

O coordenador Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, no dia 28.11.2016, na solenidade de encerramento do Mês Nacional do Júri, promovida pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) no Fórum Lafayette, na Capital.

O Mês Nacional do Júri é uma iniciativa da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), integrada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e Ministério da Justiça (MJ), para julgar homicídios e tentativas de homicídio.



O desembargador Carlos Braga; o presidente do TJMG, Herbert Carneiro; o coordenador Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos; o presidente do Foro, Marcelo Fioravante; o juiz Glauco Eduardo Soares e o presidente da Amagis, Maurício Torres Soares

Defensoria Pública participa da inauguração do Cejusc em Conceição do Mato Dentro

A coordenadora Local da Defensoria Pública em Conceição do Mato Dentro, Izabella Pires Costa, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, no dia 22.11.2016, na solenidade de inauguração do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) no fórum da Comarca. Também foi inaugurado o Cejusc itinerante, iniciativa que pretende democratizar ainda mais o acesso dos cidadãos aos métodos alternativos de solução de conflitos.

De acordo com o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Herbert Carneiro, “o Cejusc possibilita que sejam dissolvidos os conflitos por meio do diálogo, favorecendo a cidadania”.

De acordo com a defensora pública, Izabella Pires Costa, “a instalação do Cejusc na comarca de Conceição do Mato Dentro incentivará ainda mais a prática de mediação e conciliação para solução dos conflitos, possibilitando uma prestação jurisdicional mais célere. A comarca conta com quase oito mil processos e



A defensora pública Izabella Pires Costa e o presidente do TJMG, Herbert Carneiro

se as partes, por meio dos advogados e da Defensoria Pública, não prestigiarem a atuação extrajudicial para solução dos conflitos, a prestação jurisdicional vai ser cada vez mais lenta e ineficiente”.

Com informações do TJMG



EVENTOS | *Continuação*

Coordenador Local e Regional do Vale do Mucuri participa da entrega da Comenda Teófilo Otoni

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pelo coordenador Local em Teófilo Otoni e da Regional do Vale do Mucuri, Ubirajara



O coordenador Local e Regional do Vale do Mucuri, Ubirajara Chaves de Moura Júnior participou da solenidade (3ª posição, à direita)

Chaves de Moura Júnior, na solenidade de entrega da Comenda Teófilo Otoni, no dia 01.12.2016.

A comenda foi instituída em 2007 para homenagear pessoas e instituições que se dedicaram ao desenvolvimento político, cultural, econômico e social das regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha e do Mucuri. Ao todo, foram agraciados com a medalha 16 personalidades mineiras.

Participaram da cerimônia, a secretária de Estado de Educação, Macaé Evaristo, representando o governador Fernando Pimentel; o prefeito do Serro, Epaminondas Pires; o prefeito de Teófilo Otoni, Daniel Sucupira; o deputado federal, Fábio Ramalho; o vice-reitor da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, Cláudio Eduardo Rodrigues; o secretário executivo do Fórum Regional Território Mucuri, José Romário Rodrigues; e o delegado geral de Polícia Civil de Minas Gerais, Antônio Carlos de Alvarenga.

Corregedoria-Geral da DPMG realiza reunião com os relatores do estágio probatório do VII Concurso

O corregedor-geral da DPMG, Ricardo Sales Cordeiro, reuniu-se, no dia 25.11.2016, com os defensores públicos relatores do estágio probatório do VII Concurso de Ingresso na Carreira da Defensoria Pública. No período da manhã, a reunião ocorreu com os relatores atuantes nas unidades no interior, por meio de videoconferência. À tarde, o encontro foi realizado no auditório da Unidade I em Belo Horizonte e contou com a presença dos relatores que estão lotados na Capital e Região Metropolitana.

Na ocasião, o corregedor-geral enalteceu o trabalho desempenhado pelos relatores e o elevado nível de atuação dos mesmos. Em seguida, esclareceu que a reunião atende a um comando normativo previsto na

Deliberação 014/2011, ressaltando o intuito de realizar os encontros de forma célere para liberar os colegas para suas rotinas de trabalho. O dispositivo normativo tem o escopo de viabilizar o encontro entre os relatores e o corregedor-geral, além de contribuir para o aprimoramento dos membros em estágio probatório.

A equipe da Corregedoria-Geral esteve presente para auxiliar nos trabalhos e aproveitou o ensejo para entregar o “Manual de Atuação Funcional dos Defensores Públicos de Minas Gerais”. Participaram do evento, os assessores Luciano Hanna Chaves e Ronivaldo Robson Chaves, e as servidoras Deise Vilela Campos e Rafaela Aparecida da Silva.

Na mesa, o corregedor-geral da DPMG, Ricardo Sales Cordeiro, e os assessores Ronivaldo Robson Chaves e Luciano Hanna Chaves



AÇÕES EM DESTAQUE

Casamento Comunitário da Defensoria Pública realiza sonho de 28 casais em Santa Luzia

A Defensoria Pública promoveu, no dia 30.11.2016, no Mega Space, em Santa Luzia, o Casamento Comunitário, que celebrou gratuitamente a união civil de 28 casais, residentes no Distrito de São Benedito, em cerimônia com tapete vermelho, marcha nupcial, flores, e bem-casados para os noivos, que entraram no salão ao som da marcha nupcial, executada pelo Grupo de Câmara da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar.



Presentes à solenidade, o coordenador Local de Santa Luzia, Adail Martins; os defensores públicos, Mariana do Espírito Santo e Daniel Dantas, em atuação em Santa Luzia; a coordenadora do projeto Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar (Mesc), Francis Coutinho; e o diretor para Assuntos Institucionais e Parlamentares da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG), Flávio Aurélio Wandeck, que representou o presidente, Eduardo Generoso, na solenidade.

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, destacou a atuação extrajudicial da Instituição, assim como a importância do casamento no contexto da estruturação da família. “O casamento comunitário hoje realizado densifica o inarredável compromisso da Defensoria Pública de Minas com a atuação extrajudicial, visando à valorização do afeto e promovendo a regularização de relações familiares”, ressaltou.

No início de sua saudação, Christiane Malard destacou trecho da 1ª Carta de São Paulo aos Coríntios, capítulo 13, versículos de 1 a 13, em que se fala da excelência do amor.

continua >>



Compueraram a mesa de honra: o chefe do Centro de Segurança Institucional da DPMG, ten. cel. Westerson Guimarães Pinto; o defensor público, Flávio Wandeck; o vereador Sandro Coelho; o coordenador Local de Santa Luzia, Adail Martins; a defensora pública-geral, Christiane Neves Malard; a defensora pública, Bruna Helena Oliveira; a tabeliã, Maria das Dores Brito; e o presidente da 100ª Subseção da OAB/MG, Francisco Massara Gabrich

AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação***Casamento Comunitário da Defensoria Pública realiza sonho de 28 casais em Santa Luzia**

Christiane Malard agradeceu aos defensores públicos e demais envolvidos na iniciativa, além dos parceiros, “que se dedicaram incansavelmente ao projeto, favorecendo as condições para a realização desse sonho dos nossos assistidos”. Todos nos engrandecemos com a realização deste importante evento. Sigamos juntos em busca de uma sociedade mais justa, mais humana e melhor”, finalizou a defensora pública-geral.

Coordenadora do Casamento Comunitário em Santa Luzia, a defensora pública, Bruna Helena Neves Oliveira, destacou a importância de sonhar, partilhar e construir esse sonho junto com quem amamos. “O casamento comunitário marca o aniversário de um ano de instalação da unidade da Defensoria Pública em Santa Luzia e é resultado de um esforço conjunto, por meio da atuação extrajudicial da Defensoria Pública, que buscou parceiros para materializar esse sonho”, ressaltou.

Para os noivos Felipe Santos de Oliveira e Sheila Rodrigues dos Reis, “o casamento promovido pela Defensoria Pública nos deixou contentes, pois foi a materialização de um sonho que as circunstâncias adiavam a realização”.



Felipe Santos de Oliveira e Sheila Rodrigues dos Reis

O casal Larissa Ferreira e Wesley Ferreira estava radiante, aguardando o início da cerimônia. “A iniciativa da Defensoria Pública foi uma ótima oportunidade para a regularização da nossa situação e estamos muito felizes”, frisaram os noivos.



Larissa Ferreira e Wesley Ferreira

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, durante discurso no Casamento Comunitário



A defensora Bruna Helena Oliveira, coordenadora do Casamento Comunitário em Santa Luzia



O diretor para Assuntos Institucionais e Parlamentares da Adep-MG, Flávio Aurélio Wandeck, representou o presidente, Eduardo Generoso

O vereador Sandro Coelho



O representante da Adep-MG, Flávio Wandeck, destacou o papel social e humano da iniciativa da Defensoria Pública em Santa Luzia, e realçou a importância do trabalho extrajudicial da Instituição aos assistidos.

O vereador Sandro Coelho destacou a importância do evento promovido pela Defensoria Pública e desejou aos noivos que buscassem a felicidade do parceiro.

continua >>



AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação*

Casamento Comunitário da Defensoria Pública realiza sonho de 28 casais em Santa Luzia



O Casamento Comunitário legalizou a união de 28 casais do distrito de São Benedito, em Santa Luzia

O casamento foi realizado pela juíza de Paz Lidiane Michelle de Barcelos e os noivos receberam as bênçãos do pastor Emerson Ferreira, da comunidade Resgate, de Santa Luzia.

Presenças

Prestigiaram a solenidade, o gestor social dos Programas de Mediação de Conflitos e Fica Vivo, Robert Mosichaba; a gerente do Programa de Mediação de Conflitos da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, Viviane Ribeiro Cunha; a coordenadora de Projetos do Programa Polos de Cidadania da Faculdade de Direito da UFMG, Fernanda de Lazari; e a vereadora de Santa Luzia, Emília Alves da Cruz.

Apoio

A realização do Casamento Comunitário contou com o apoio do Cartório Brito, que disponibilizou 50 vagas para realização do casamento sem cobrar taxas; da direção do espaço Mega Space, que cedeu o local para celebração da cerimônia; da Adep-MG; da Brigada de Incêndio de Santa Luzia; da Polícia Militar de Minas Gerais; do gabinete do vereador Sandro Coelho; do Supermercado Decisão; do Salão Eliane e Michele Melo, que presenteou três noivas com arrumação de cabelo e maquiagem gratuitos; da Granfinos Doces e Cristy Doce, que doaram bem casados e bolo; de Lucas Balzark Fotógrafo; da Floricultura Sara-menha; e do El Shaday Noivas e Decorações, que fez o empréstimo de vestido de noiva e terno.

continua >>



Familiares, padrinhos e amigos dos 28 casais de noivos





AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação*

Casamento Comunitário da Defensoria Pública realiza sonho de 28 casais em Santa Luzia



O defensor público, Daniel Dantas; o chefe do Centro de Segurança Institucional, ten. cel. Westerson Guimarães Pinto; a diretora do MegaSpace, Gisele Parrillo Calixto; o defensor público, Flávio Wandeck; a defensora pública, Bruna Helena Oliveira; a tabeliã Maria das Dores Brito; a defensora pública-geral, Christiane Neves Malard; o coordenador Local de Santa Luzia, Adail Martins; a defensora pública, Mariana do Espírito Santo; o presidente da 100ª Subseção da OAB/MG, Francisco Massara Gabrich; a defensora pública, Francis Coutinho e o vereador Sandro Coelho



A defensora pública-geral, Christiane Malard e o coordenador Local de Santa Luzia, Adail Martins, com casal de noivos, momentos antes do início da cerimônia



A marcha nupcial foi executada pelo grupo de câmara da Orquestra Sinfônica da PMMG

DPMG NA MÍDIA

A cerimônia do Casamento Comunitário em Santa Luzia foi notícia no *MGTV 1ª Edição* e no jornal *O tempo*.

Clique nos links à direita para ver as matérias.

MGTV 1ª Edição e G1

Jornal O Tempo

Veja aqui mais fotos.



AÇÕES EM DESTAQUE

Defensor público ministra palestra em seminário na Universidade Federal de MG

O defensor público, Fernando Campelo Martelleto, membro do Conselho Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais, proferiu palestra sobre o tema “A execução da pena após condenação em segunda instância e sua interpretação à luz do princípio constitucional da presunção da inocência”, no dia 10 de

novembro, durante o Seminário de Hermenêutica Jurídica 2, coordenado pela doutora Maria Helena Damasceno e Silva Megale, professora de Filosofia do Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), local de realização do evento.



O conselheiro Fernando Martelleto, durante a palestra para alunos do curso de Direito da UFMG, e a confraternização após o encerramento dos trabalhos do seminário

Defensoria Pública em Cássia participa do projeto de pacificação do bairro Bom Pastor

A Defensoria Pública de Minas Gerais em Cássia, em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação e a Polícia Militar, está organizando um projeto de pacificação do bairro Bom Pastor, no município. O projeto teve início no dia 11 de novembro, devido à reunião convocada pela secretária de Desen-

volvimento Social e Habitação, Cora Maria de Melo Azevedo Borges, com o objetivo de expor os conflitos que estão acontecendo no bairro. Durante a reunião, também ficou definida uma equipe para atuar na solução dos conflitos entre os moradores.

continua >>



Da direita para a esquerda: 2º tenente da PMMG, Sandra Maria Gomes Ribeiro; defensora pública, Ariadne Fernanda de Faria; assistente social coordenadora do Cras, Denise Veiga; educadora social, Andréia Cristina Barbosa; pastor da Igreja Batista e gestor do Projeto Viver na cidade, Rony Cleiton Barbosa; secretária municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, Cora Maria de Melo Azevedo; conselheira tutelar, Daniela Machado; psicólogas do CRAS, Ana Laura Sampaio, Núbia Arantes Pereira e Kuany Marangoni; conselheiras tutelares, Josy Brito e Patrícia Sousa; familiares da tenente Sandra Ribeiro, Antônio Ribeiro e Ester

AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação***Defensoria Pública de Minas em Cássia participa do projeto de pacificação do bairro Bom Pastor**

Em virtude do aumento da criminalidade e da dificuldade de convivência entre os moradores e os vizinhos, foi realizada, no dia 17.11.2016, palestra para os moradores do bairro Bom Pastor. A primeira palestra foi proferida por Sandra Maria Gomes Ribeiro, 2ª Tenente da Polícia Militar de Minas Gerais, que abordou os aspectos dos inúmeros crimes que estão acontecendo no bairro, a importância da denúncia e as funções da Polícia Militar.

A segunda palestra do dia foi ministrada pela coordenadora Local de Cássia, Ariadne Fernanda de Faria e Sousa Ramos, que abordou o tema “Direito de Vizinhança”, com foco no “uso anormal da propriedade”, o que caracteriza este uso, quais as medidas judiciais possíveis, e quais crimes caracterizam este uso anormal da propriedade.

Segundo a defensora pública, Ariadne Fernanda de Faria, os moradores fizeram inúmeros questionamentos ligados a assuntos como discriminação racial, de crença, condições físicas, desrespeito e, principalmente, o tráfico de drogas nas ruas dos bairros. “É importante que eles saibam que todos esses problemas têm solução e que nós, da Defensoria Pública em Cássia, vamos apoiar a comunidade no que for preciso”, afirmou.

Logo após as palavras da defensora, o pastor Rony apresentou o projeto VIVER, que é realizado na cidade e busca a prevenção de drogas na infância e juventude.

Após o fim das palestras, a equipe continuou reunida no local para traçar a próxima atuação, que consistirá em uma visita quinzenal às famílias mais vulneráveis do bairro Bom Pastor.

Chefe de Gabinete e assessor Institucional visitam a Unidade Ponte Nova e a diretora do foro de Mariana

A chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara, e o assessor Institucional, Péricles Batista da Silva, visitaram, no dia 17.11.2017, a Defensoria Pública em Ponte Nova, oportunidade em que trataram de assuntos institucionais com a coordenadora Local, Fernanda Saraiva Souza.

No mesmo dia, Luciana Leão Lara e Péricles Batista da Silva visitaram a juíza diretora do Foro de Mariana, Marcela Oliveira Decat de Moura, ocasião em que discutiram as tratativas necessárias à instalação de uma unidade da Defensoria Pública na comarca.



O assessor Institucional, Péricles Batista da Silva; a coordenadora Local, Fernanda Saraiva; a defensora pública Maria Antonieta Rigueira Leal Gurgel; a chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara; a servidora Vânia Maria Dias de Oliveira; e a defensora pública Nilza Martins Pataro Machado

A chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara; o assessor Institucional, Péricles Batista da Silva; e a juíza Marcela Oliveira Decat de Moura



AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria de Direitos Humanos debate regularização do bairro Capitão Eduardo

A coordenadora da Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), Cleide Aparecida Nepomuceno, reuniu-se, no dia 21.11.2017, com o secretário-executivo do Território Metropolitano Fóruns Regionais, Ronaldo Manassés, para debater a regularização fundiária do bairro Montes Claros, também conhecido por Capitão Eduardo, na Capital, especialmente a legalização dos serviços de água, luz e saneamento básico. O encontro aconteceu na sede na DPMG na Capital.

Conforme a defensora pública Cleide Nepomuceno, “a área é um loteamento irregular parcialmente regularizado pela Prefeitura de Belo Horizonte. A mobilização dos moradores, por meio de sua associação, com o apoio da Defensoria Pública, conseguiu a implantação de energia elétrica e água na rua principal do bairro”.

Cleide Nepomuceno irá agendar uma reunião com a nova administração municipal para debater o assunto, enquanto aguarda resposta da Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudcap) ao requerimento formulado pela DDPH sobre a implantação das obras solicitadas pela Copasa e Cemig



A coordenadora da Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), Cleide Aparecida Nepomuceno, e o secretário-executivo do Território Metropolitano Fóruns Regionais, Ronaldo Manassés

para a instalação dos serviços de água e energia elétrica no bairro.

De acordo com a defensora pública, a DDPH procura solução extrajudicial mesmo tendo ajuizado a Ação Civil Pública nº 6110342-42.2015.8.13.0024, em tramitação na 3ª Vara de Fazenda Pública e Autarquias de Belo Horizonte, que aguarda apreciação, com o objetivo de tutelar o direito dos moradores aos serviços de energia elétrica, água e saneamento básico.

Defensores públicos reúnem-se com o vice-prefeito eleito de Belo Horizonte

Os defensores públicos, Marcos Lourenço Capanema de Almeida e Marina Gomes de Carvalho Pinto, em atuação na área Cível da Capital, e a coordenadora da Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), Cleide Nepomuceno, reuniram-se, no dia 22.11.2016, com o vice-prefeito eleito, deputado estadual Paulo Lamac, para debater

formas de aperfeiçoar as relações entre a Prefeitura de Belo Horizonte e a Defensoria Pública do Estado. Durante o encontro, que aconteceu no gabinete do parlamentar, foi proposta a criação de uma Mesa de Negociação permanente para avaliar as requisições dos defensores públicos e discutir aspectos das ocupações urbanas assistidas pela Defensoria Pública.



O defensor público Marcos Lourenço Capanema; o vice-prefeito eleito, Paulo Lamac; a coordenadora da DDPH, Cleide Nepomuceno; e a defensora pública Marina Gomes de Carvalho

AÇÕES EM DESTAQUE

DPDH participa de reunião com a Comissão Especial do Direito Social à Moradia e Questões Fundiárias do Condege

A coordenadora da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), Cleide Aparecida Nepomuceno, participou, no dia 25.11.2016, na sede da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, de reunião da Comissão Especial do Direito Social à Moradia e Questões Fundiárias do Colégio Nacional de Defensores Públicos (Condege), que debateu assuntos institucionais. Na parte da manhã, os participantes definiram o calendário de 2017 e detalhes da Semana Nacional da Moradia, que acontecerá entre os dias 03 e 07 de abril do próximo ano.

Na parte da tarde, a Comissão reuniu-se com a secretária Nacional de Habitação, Maria Henriqueta

Arantes Ferreira Alves, que apresentou as informações sobre o desempenho do Programa *Minha Casa Minha Vida*.

A Comissão Especial do Direito Social à Moradia e Questões Fundiárias do Condege é formada pelos defensores públicos Cleide Aparecida Nepomuceno, coordenadora da Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH) de Minas Gerais; Luiza Lins Veloso, de São Paulo; Renan Reis, do Estado do Maranhão; Luciana Vaz de Carvalho, do Rio Grande do Norte; Bethânia Ferreira de Souza, da Bahia; e Luciana Arthur Schneider, do Rio Grande do Sul; além da secretária, Maria Júlia Miranda.



A coordenadora da Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, Cleide Aparecida Nepomuceno (4ª posição, à esquerda)

Defensoria Especializada de Defesa da Mulher debate violência doméstica na Vila Maria

A coordenadora da Defensoria Especializada de Defesa da Mulher Vítima de Violência, Maria Cecília Oliveira, participou, no dia 28.11.2016, de debate so-

bre a violência doméstica entre mulheres usuárias dos serviços do CRAS das regionais da Prefeitura da Capital.

continua >>



Debate sobre violência doméstica com a participação da Defensoria Especializada na Defesa dos Direitos da Mulher

AÇÕES EM DESTAQUE | Continuação

Defensoria Pública de Minas em Cássia participa do projeto de pacificação do bairro Bom Pastor

O debate foi realizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Vila Maria, no bairro Jardim Vitória, Regional Nordeste, com a participação de representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte (Comdim), oportunidade em que foram respondidas dúvidas dos participantes sobre os procedimentos da Lei Maria da Penha.

A atividade, que integra a “Campanha dos 16 Dias pelo Fim da Violência contra a Mulher de 2016”, con-

siste na exibição do documentário “O Silêncio das Inocentes”, do diretor Ique Gazzola, sobre a realidade enfrentada pelas mulheres vítimas de violência doméstica, seguida do debate sobre o filme e a Lei Maria da Penha.

Novos debates serão realizados nos dias 30 de novembro, 1º, 2, 12 e 15 de dezembro, com a participação dos defensores públicos, Lívia Linhares Ribeiro e Vinícius Lopes Martins, em atuação na Defensoria Especializada de Defesa da Mulher Vítima de Violência.

Defensoria Pública realiza “Mutirões das Famílias de Ribeirão das Neves”

A Defensoria Pública de Minas Gerais realizou, durante os dias 28 e 29 de setembro, 26 e 27 de outubro e 24 e 25 de novembro, três “Mutirões das Famílias de Ribeirão das Neves”. A atividade integrou a programação do 5º Curso de Formação do VII Concurso.

Durante os mutirões, foram realizados cerca de 340 atendimentos, que se transformaram em iniciais a serem ajuizadas, bem como, diversas demandas que foram solucionadas de forma extrajudicial, entre elas, acordos de alimentos e divórcios extrajudiciais em cartório.

Segundo a defensora pública, Vanessa Cruz, quem coordenou os trabalhos, “os mutirões foram de extrema importância para a Defensoria das Famílias em Ribeirão das Neves, tendo em vista a expressiva demanda represada para o ajuizamento de novas ações. Os assistidos que participaram dos mutirões demonstraram apoio e satisfação com o volume de atendimentos e a brevidade com que puderam ser atendidos”.

O município de Ribeirão das Neves conta atualmente com uma população de aproximadamente 330



Os defensores públicos Rodrigo Zouian da Silva e Jessé Luís Gaitto de Moraes durante o atendimento em Ribeirão das Neves

mil habitantes, sendo que quase sua integralidade é de população hipossuficiente e que faz jus à atuação da Defensoria Pública.

Atuaram nos mutirões as defensoras públicas, Carolina Morishita, Patrícia Oliveira de Almeida Coelho e Letícia de Lima Freitas, que atuam na comarca; Ana Luiza Pimenta Paiva, Marcelo Carneiro Vieira, Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser (coordenadora Regional de Famílias e Sucessões da Capital), Hellen Caires Teixeira Brandão (coordenadora de Projetos e Convênios) e Diana de Lima Prata Camargos (assessora Institucional); além dos empossados em setembro, Ana Gabriela Cardoso de Mello, Andressa Vidal Matias, Angelica Sales Rocha Coutinho, Antonio Lopes de Carvalho Filho, Diego Escobar Francisquini, Eduardo Furst Giesbrecht Rodrigues, Guilherme Gontijo Alves Teixeira, Jesse Luis Gaiotto de Moraes, Karine Loyola Santos, Ligia Olimpio de Oliveira, Rafael Vittorazze Azola, Rodrigo Zouain da Silva, Tiago Dias Maia e Wagner Leal de Queiroz.



Diversos defensores públicos participaram dos mutirões de família em Ribeirão das Neves

AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação*

Defensoria Pública em Santos Dumont participa da Semana Nacional de Conciliação e Mediação

O coordenador Local da DPMG em Santos Dumont, Geraldo Magela Metri Pinto, participou da 11ª Semana Nacional de Conciliação e Mediação, de

21 a 25 de novembro, oportunidade em que atuou em 86 audiências, sendo 52 na área Criminal, 23 do Juizado Especial, nove de Família e duas de Saúde.

Nota pública de esclarecimento:

Despejo sem mandado judicial na Vila Samag /Vila do Canal, em Contagem

A Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), tem acompanhado o processo de remoção involuntária das Vilas do Córrego Ferrugem (Itaú, PTO, Samag e Sport Club), em razão da implementação do Projeto de Requalificação Urbana e Ambiental do Córrego Ferrugem, que consistia na remoção de famílias para construção de três bacias de contenção de cheias. As famílias removidas tinham proposta de receber uma indenização pelas benfeitorias, compra monitorada ou reassentamento.

As obras de construção das bacias de contenção foram suspensas e muitas famílias aguardam o reassentamento em aluguel social. A Defensoria Pública questiona o reassentamento; a remoção do restante das famílias, já que não haverá, pelo menos por enquanto, a construção das bacias; o aumento do valor do aluguel e danos morais decorrentes do atraso das obras, na ação civil pública de número 5034262-20.2016.8.13.0024.

Além disso, a Instituição questiona o valor da indenização das famílias que optaram por serem indenizadas, argumentando que deveria ter sido incluído o valor da posse e não apenas das edificações (benfeitorias), por meio das ações civis públicas: 6006102-31.2015.8.13.0079, em tramite em Contagem, e 5061442-11.206.8.13.0024. Há ainda intervenção da Instituição na Ação de Desapropriação movida pelo Estado de Minas Gerais contra a Empresa Jugurta, argumentando que o direito de receber o valor da desapropriação, a título de posse, é dos moradores, conforme intervenção de terceiros no processo nº 04733886820128130079.

Recentemente, a DPDH recebeu a denúncia de que estariam ocorrendo despejos forçados sem ordem judicial na Vila Samag, em Contagem. A coordenadora da DPDH, defensora pública, Cleide Aparecida Nepo-

muceno, esteve no local, no dia 16 de novembro de 2016, e conversou com moradores e representantes do Movimento Social – MLB e também esteve no escritório do extinto órgão Departamento de Obras Públicas do Estado (Deop), onde conversou com a advogada da empresa Contratada, Engessolo. A advogada esclareceu que não haveria nenhum despejo sem ordem judicial e que as famílias foram apenas notificadas para saírem do local. Disse que se trata da Vila do Canal, também conhecida como área 3ª, cujo terreno, em parte, está registrado em nome da Empresa Jugurta, que sofre um processo de desapropriação (nº 04733886820128130079) e que o Estado de Minas Gerais, por meio do Deop, já havia desapropriado parte das benfeitorias que foram demolidas parcialmente e reocupadas por moradores.

Direito a políticas sociais de acesso à moradia

Apesar dos esclarecimentos, os moradores temiam que ordens de despejos fossem cumpridas sem mandado judicial. A Defensoria Pública constatou que há, no local, cerca de 20 famílias empobrecidas e que as edificações negociadas pelo Estado de Minas foram adquiridas há sete ou cinco anos. Depois que os antigos donos foram removidos, elas foram reocupadas por outros moradores, tendo em vista o atraso das obras de todo o Projeto de Requalificação Urbana e Ambiental do Córrego Ferrugem. “Apesar das famílias não terem direito a uma indenização, no contexto do Programa de Remoção e Reassentamento mencionado, as famílias têm direito a políticas sociais de acesso à moradia e elas, nem ninguém, podem sofrer um despejo sem ordem judicial”, afirmou a coordenadora da DPDH, Cleide Aparecida Nepomuceno.

A Defensoria Pública ingressou com a Ação Civil Pública 5022154-85.2016.8.13.0079, defendendo a tese de que não pode haver despejo sem ordem judicial e alternativas dignas para as 20 famílias.





AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública ajuíza ACP para suspender prazo de validade de concurso da Secretaria de Estado de Educação

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, por meio da atuação das defensoras públicas, Juliana de Carvalho Bastone, Marina Gomes de Carvalho Pinto e Marina Buck Carvalho Sampaio, ajuizou ação civil pública, para suspender o prazo de validade do concurso público da Secretaria de Estado Educação (SEE) regido pelo Edital Seplag/SEE nº 01/2011.

A ACP pleiteia, ainda, que o Governo do Estado de Minas Gerais apresente cronograma de nomeação e posse dos candidatos excedentes classificados no referido certame, em substituição aos servidores contratados a título precário que ocupam cargos vagos no âmbito da SEE, com amparo no

artigo 37, II, da Constituição Federal/88.

Após o indeferimento da liminar pelo juízo da 4ª vara da Fazenda Pública e autarquias da comarca de Belo Horizonte, a Defensoria Pública interpôs agravo de instrumento, atualmente em trâmite na 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, adotando as medidas necessárias no intuito de se obter a liminar postulada e para assegurar os direitos dos candidatos que foram preteridos na vigência do concurso público.

Ação Civil Pública nº 5162409-64.2016.8.13.0024.

[*Clique aqui para ver a petição inicial*](#)

Ação contra termo aditivo que transfere para a PBH Ativos recursos do Município que seriam usados em obras de saneamento básico

A Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), por meio da coordenadora Cleide Aparecida Nepomuceno, e do defensor público, Vladimir Rodrigues ajuizou ação civil pública nº 5169812-84.2016.8.13.0024, em tramitação na 5ª Vara de Fazenda Pública e Autarquias de Belo Horizonte, contra o Município de Belo Horizonte, Sudecap, Copasa e PBH Ativos. A ACP alega ser ilegal o Termo Aditivo assinado ao Convênio de Cooperação firmado por estes entes, o que estabelece a concessão de serviços de água e esgoto no Município à Copasa. Segundo a coordenadora, “no termo de convênio, restou combinado que a Copasa iria transferir recursos ao Município para serem investidos em saneamento básico, por meio do Programa conhecido por Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte (Drenurbs)”.

Os defensores públicos explicam que o Drenurbs consiste em um conjunto de intervenções na rede de drenagem urbana, que foi concebido a partir de um plano diretor com ampla participação da sociedade à época da sua concepção.

Segundo os defensores públicos, Cleide Nepomuceno e Vladimir Rodrigues, “a transferência de recursos que a Copasa teria que passar para o Município investir em saneamento básico está sendo entregue à PBH Ativos, que é uma Empresa Estatal Não Dependente, sociedade sob o controle acionário do Município de Belo Horizonte, vinculada à Secretaria Municipal de Finanças criada por meio da Lei Municipal 10.003, de 25 de novembro de 2010, alterada, parcialmente, pela Lei 10699”.

Colaborou para a elaboração da ação o material da Auditoria Cidadã da Dívida Pública, disponível no site do órgão

[*Acesse aqui o site Auditoria Cidadã da Dívida Pública*](#)



AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação*

Defensores públicos enviam recomendação baseada nas Regras de Bangkok e Mandela à PIEP

No dia 10 de novembro, os defensores públicos, em atuação na Vara de Execução Penal de Belo Horizonte, encaminharam, à Direção do Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto (PIEP), a Recomendação nº 01/2016, que diz respeito à observância das Regras de Bangkok e Mandela, em especial, em relação à vedação de isolamento em cela individual

ou confinamento solitário por mais de 15 dias consecutivos. A recomendação foi encaminhada também à Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds), com a possibilidade de extensão às unidades prisionais de todo o Estado de Minas Gerais.

Clique aqui para ler a Recomendação nº 01/2016.

Defensoria Pública obtém êxito em ACP e Detran suspende cobrança acima de 30 diárias para carros apreendidos em Janaúba

Decisão proíbe a cobrança para veículos apreendidos antes de 25 de janeiro. Após essa data, não poderá ser feita cobrança para mais de seis meses de diária

Em Janaúba, por meio da atuação da Defensoria Pública, não serão cobradas taxas de diárias de permanência de veículos em pátio de apreensão, que excedam seis meses, no que tange aos veículos apreendidos após 25/01/2016, e, limitada em seis meses,

para aqueles apreendidos após tal data.

O Detran cumpriu ordem judicial emanada na Ação Civil Pública nº 0351.16.000775-0, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Janaúba, interposta pelo defensor público, Gustavo Dayrell, em atuação na comarca, e publicou, no dia 22/11/2016, no seu sítio oficial, o teor da liminar deferida.

Clique aqui para ler.

Nota de repúdio ao Decreto nº 8.889/2016 que extinguiu a Ouvidoria Agrária Nacional

A Comissão Nacional do Direito Social à Moradia e Questões Fundiárias do Condege – Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais vem por meio desta nota manifestar o seu pesar e repúdio ao Decreto nº 8.889, de 26 de outubro de 2016 que, entre outras medidas, extinguiu a Ouvidoria Agrária Nacional.

Este órgão era de fundamental importância na mediação de conflitos agrários em todo o território Nacional, contribuindo significativamente na articulação de alternativas às remoções compulsórias de vários trabalhadores rurais, para a redução dos casos de violência no campo e atuando junto aos órgãos estaduais de segurança pública e defesa da cida-

dania, cobrando rigor e celeridade na apuração dos crimes contra a vida praticados contra trabalhadores rurais e acionando à rede de proteção por ele articulada para prevenir ou debelar qualquer ameaça de conflito no campo, sempre pautado pelos princípios da conciliação e mediação propagados pelo Novo Código de Processo Civil, nas ações possessórias.

As Defensorias Públicas perderam um importante parceiro e os cidadãos pobres, sem terra, perderam um órgão, de importância singular, já que se prestava a ouvir e entender os conflitos fundiários rurais o que é essencial para a construção de políticas públicas nesta seara.

Fonte: Condege (29/11/2016)

Clique aqui para acessar o portal da Ouvidoria Agrária

Acesse aqui o portal do Tribunal Judiciário do Estado do Pará

COOPROC | CCAP

COORDENADORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS | COORDENADORIA DE CAPACITAÇÃO

DPMG promove I Encontro Estadual de Execução Penal

No dia 01.12.2016, a Defensoria Pública de Minas Gerais promoveu, por meio da Coordenadoria de Capacitação, o I Encontro Estadual de Execução Penal.

O evento teve como principais objetivos o debate sobre temas pertinentes à área e a capacitação dos defensores públicos em atuação nas varas de Execução Penal.



Compuseram a mesa de abertura: a coordenadora de Capacitação, Hellen Caires Teixeira Brandão; o coordenador Regional da área Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araujo; o assessor da Corregedoria, Ronivaldo Robson do Nascimento Chaves, representando o corregedor-geral, Ricardo Sales Cordeiro; a defensora pública-geral, Christiane Malard; o secretário do Conselho Superior, Galeno Gomes Siqueira; a presidente da Câmara de Estudos de Execução Penal da DPMG, Alessa Pagan Veiga; e o presidente da Adep-MG, Eduardo Cyrino Generoso

Diversos defensores públicos participaram do encontro, que contou também com a presença do secretário de Estado de Casa Civil, Marco Antônio de Rezende Teixeira.

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, forneceu números relativos à população carcerária no Estado, que é a segunda maior do país, e salientou a atuação da Defensoria Pública na elaboração de ações estratégicas para a democratização e para o acesso ao sistema de justiça. Christiane Malard destacou a participação da Instituição em mais de 90%

das audiências de custódia realizadas em Minas e os números expressivos do atendimento à população carcerária. A defensora-geral frisou, ainda, a necessidade de medidas modernas e efetivas frente à crise prisional e financeiro-orçamentária, que “vem exigindo dos Poderes e instituições, em primeiro lugar, união, e, em segundo lugar, adoção de medidas efetivas na busca pela concessão de benefícios no exato momento estabelecido pela lei, bem como a implementação das medidas alternativas à prisão”.

continua >>

COOPROC / CCAP | Continuação

Palestra sobre mudança de era abre Semana do Servidor 2016 na DPMG

O juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e coordenador executivo do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal, Thiago Colnago Cabral, apresentou o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (Seeu), plataforma eletrônica para processamento célere das execuções penais, que funciona de forma satélite e integrada ao Processo Judicial Eletrônico (Pje). O sistema garante a legalidade do processamento das execuções penais, no que se refere aos prazos de aplicação de progressões e benefícios.

A defensora pública do Rio de Janeiro, em atuação no Núcleo do Sistema Penitenciário, Patrícia Carlos Magno, ministrou a palestra “Litigância Estratégica na Execução Penal”, ocasião em que abordou a teoria como os Direitos Humanos podem potencializar a atuação da Defensoria Pública. Em seguida, o promotor de Justiça de São Paulo, Renato Flávio Marcão, proferiu a palestra “Garantias Constitucionais na Execução Penal”.

Cultura que privilegie a paz

Na abertura dos trabalhos à tarde, o secretário de Estado de Casa Civil, Marco Antônio de Rezende Teixeira, falou sobre o cenário financeiro do Estado,

“que leva a uma situação de dramaticidade, diante das responsabilidades a serem cumpridas”, frisou. Destacou que a Defensoria Pública muito pode contribuir para amenizar os problemas gerados pelo encarceramento no Estado, com consequências práticas para o cotidiano do cidadão, em uma cultura que privilegie a paz.

O deputado estadual, Isauro Calaes, em seu pronunciamento, destacou o atendimento prestado pela Defensoria Pública à população carcerária em Minas e o seu papel no atendimento aos condenados que já deveriam estar em liberdade ou em progressão de regime, além da importância de aparelhamento da Instituição para o cumprimento de sua missão constitucional. Ressaltou o esforço da Defensoria-Geral, e os poderes Legislativo e Executivo, na busca do atendimento das demandas institucionais.

Na sequência dos trabalhos, o defensor público do Rio de Janeiro, Rodrigo Duque Estrada Roig, ministrou a palestra “Compensação Penal por prisões abusivas”. O defensor público do Paraná, André Ribeiro Giamberardino, encerrou as explanações com a palestra “Criminologia Crítica como ela pode contribuir para o Defensor de Execução Penal”.

Confira a matéria completa na próxima edição.



O deputado estadual Isauro Calaes; o subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima; a defensora pública-geral, Christiane Malard; e o secretário de Estado de Casa Civil, Marco Antônio de Rezende

COOPROC / CCAP

Palestra sobre mudança de era abre Semana do Servidor 2016 na DPMG

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, abriu, no dia 21.11.2016, a Semana do Servidor 2016, promovida pela Coordenadoria de Capacitação, no auditório da Unidade I da Defensoria Pública de Minas Gerais, na Capital.

Em sua saudação aos defensores públicos e servidores presentes ao evento, a defensora-geral ressaltou que “a Defensoria tem procurado, por meio de diversas iniciativas da Coordenadoria de Capacitação, dar treinamento e qualificação aos servidores. Diversos cursos, palestras, seminários tem sido realizados, dando oportunidade de crescimento profissional para os que trabalham na Instituição”.

Christiane Neves Procópio Malard frisou que “há algumas lutas que ainda não vencemos, em especial,

a da criação do plano de carreira e a melhoria salarial mais que merecida. Mas vocês não estão esquecidos! Ao contrário, para essa administração, o “foco no servidor” é mais do que um lema de campanha. É uma diretriz de atuação! Nós não deixaremos de lutar para que nossos servidores tenham o reconhecimento pelo excelente trabalho que prestam à Defensoria Pública. Seja qual for a área de atuação, na capital ou no interior, nossos servidores são um orgulho da Instituição”, frisou.

Em sua explanação, a diretora de Recursos Humanos, Carla Aparecida de Souza Carvalho, ressaltou que o encontro era emblemático porque o trabalho dos servidores na Defensoria Pública é prestado com amor e dedicação. Destacou que “os tempos de mudança exigem o trabalho conjunto, na partilha de vivências, pois as transformações são constantes em nossas vidas, destacou”.

continua >>



A defensora pública-geral, Christiane Malard durante a saudação aos defensores públicos e servidores, na abertura da Semana do Servidor 2016



A diretora de Recursos Humanos, Carla Aparecida de Souza Carvalho; a defensora pública-geral, Christiane Malard; o palestrante, Bruno Lanna; e a coordenadora de Capacitação, Hellen Caires Brandão



A chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara; a diretora de Marketing, Ana Flávia Vendramin; o palestrante, Bruno Lanna; a defensora pública-geral, Christiane Malard; a coordenadora de Capacitação, Hellen Caires Brandão; a diretora de Recursos Humanos, Carla Aparecida de Souza Carvalho; a assessora Jurídica, Cintia Alves da Costa; e a assessora de Planejamento e Infraestrutura, Maria Valéria Valle da Silveira

COOPROC / CCAP | Continuação

Palestra sobre mudança de era abre Semana do Servidor 2016 na DPMG

O economista Bruno Lanna, durante a palestra para defensores públicos e servidores, na abertura da Semana do Servidor 2016



A coordenadora de Capacitação, Hellen Caires Brandão, agradeceu os defensores públicos e servidores pelo trabalho prestado cotidianamente e ressaltou que a palestra abordaria “questões que a sociedade vive hoje e influenciam a rotina de organizações e pessoas”.

Em sua sétima edição, a Semana do Servidor foi aberta com a palestra “Bate-papo sobre a mudança de era em que vivemos”, ministrada pelo economista Bruno Lanna, que abordou as transformações que marcam a história contemporânea, nos campos da tecnologia, da informação, da biologia e as exigências para as adaptações, de empresas, organizações e indivíduos aos novos desenhos propostos pela ciência e pela evolução do conhecimento e da tecnologia. Destacou a importância de aprender e reaprender como necessidade de um mundo em evolução exponencial, acelerada, com reflexos em todos os setores da aprendizagem humana.

Homenagens

A defensora pública-geral, Christiane Procópio Neves Malard, participou, também, da solenidade de homenagem aos servidores destaques 2016, realizada no dia 24 de novembro. Na abertura, Christiane Malard ressaltou “a eficiência, a perseverança e a dedicação profissional dos servidores em prol da Defensoria Pública e a serviço do cidadão mineiro”. Ressaltou os esforços da Instituição, por meio do diálogo permanente com a Assembleia Legislativa e o governo estadual, para concretizar a conquista do plano de carreira dos servidores.

A defensora pública-geral, ao se dirigir aos homenageados, citou o filósofo norte-americano Elbert Hubbard, para quem “uma máquina pode fazer o trabalho de cinquenta pessoas comuns. Nenhuma pode fazer o trabalho de uma pessoa extraordinária”. Também citou a poetisa Cora Coralina, de quem destacou texto que valoriza o otimismo, tendo como estratégia a visão de que, “o que vale na vida não é o ponto de partida e sim a nossa caminhada”.

continua >>

A diretora de Recursos Humanos, Carla Aparecida de Souza Carvalho; a chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara; a defensora geral, Christiane Malard; o assessor da Corregedoria Geral, Ronivaldo Robson do Nascimento Chaves; e o presidente da Associação dos Servidores da Área Meio da DPMG, Hilton Santa Barbara

COOPROC / CCAP | Continuação

Palestra sobre mudança de era abre Semana do Servidor 2016 na DPMG**Eleição “Servidor Destaque” na Capital e Interior**

Em Belo Horizonte, a seleção foi realizada por meio de eleição, dividida em três categorias: servidor administrativo, adolescente trabalhador (Assprom) e serviços gerais (transporte, manutenção, conservação e limpeza). Na categoria servidor administrativo, foi eleito Guilherme Rios Falcão Borba, da Superintendência de Gestão da Informática; na categoria serviços gerais, Vivian Poliana Reis Santos Carvalho e, na categoria adolescente trabalhador, Bruna Luiza Alves, do Gabinete da Defensoria Geral.

Nas unidades do interior, a indicação foi feita pelos coordenadores regionais, em consenso com os coordenadores locais, que escolheram o servidor destaque dentre as cidades que compõem a re-

gional. Os escolhidos foram: Vanda Edna da Rocha (Divinópolis), Clarisse de Oliveira Perpetuo (São Lourenço), Simone Teodoro Vieira (Sete Lagoas), Edna Gonçalves Mendonça (Teófilo Otoni), Anderson Marques Noronha Xavier (Montes Claros), Karyni Martins Fabri Melo (Ipatinga) e Francisco Duarte Felizardo Cintra (Uberaba).

A entrega dos certificados foi realizada pela defensora geral, Christiane Malard; pela diretora de Recursos Humanos, Carla Aparecida de Souza Carvalho; pela chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara; pelo assessor da Corregedoria Geral, Ronivaldo Robson do Nascimento Chaves; e pelo presidente da Associação dos Servidores da Área Meio da DPMG, Hilton Santa Barbara.

continua >>

A defensora-geral, Christiane Malard; a homenageada na categoria adolescente trabalhador, Bruna Luiza Alves, do Gabinete da Defensoria-Geral; e a chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara



O encarregado Nilson Aparecido de Moura; a homenageada na categoria Serviços Gerais, Vivian Poliana Reis Santos Carvalho; e a diretora de Recursos Humanos, Carla Aparecida de Souza Carvalho



O homenageado na categoria servidor administrativo, Guilherme Rios Falcão Borba e o superintendente Adriano Otávio Rocha Teixeira



A diretora de Recursos Humanos, Carla Aparecida de Souza Carvalho; a chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara; o assessor da Corregedoria Geral, Ronivaldo Chaves; a defensora pública-geral, Christiane Malard; a homenageada Edna Gonçalves Mendonça, de Teófilo Otoni; e o presidente da Associação dos Servidores da Área Meio da DPMG, Hilton Santa Barbara

COOPROC / CCAP | Continuação

Palestra sobre mudança de era abre Semana do Servidor 2016 na DPMG



O homenageado Anderson Marques Noronha Xavier, Montes Claros, e a defensora pública-geral, Christiane Malard



O assessor da Corregedoria Geral, Ronivaldo Chaves; a homenageada, Clarisse de Oliveira Perpétuo, de São Lourenço; e o presidente da Associação dos Servidores da Área Meio da DPMG, Hilton Santa Barbara



A chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara; a homenageada Simone Teodoro Vieira e o presidente da Associação dos Servidores da Área Meio da DPMG, Hilton Santa Barbara



A homenageada Vanda Edna da Rocha, de Divinópolis, e a defensora pública-geral, Christiane Malard

Flagrante do encerramento da solenidade em homenagem ao servidor destaque 2016

continua >>





COOPROC / CCAP | Continuação

Palestra sobre mudança de era abre Semana do Servidor 2016 na DPMG



Sessão de Cinema

No dia 23, os servidores da Capital tiveram uma Sessão de Cinema, no auditório da Unidade I da Defensoria Pública na Capital, com a exibição do filme “Dejavu”.

Alunos da Famig visitam a Defensoria Pública

No dia 21.11.2016, os alunos do 7º ao 10º período do curso de Direito da Faculdade Minas Gerais (Famig) visitaram a Defensoria Pública no período da manhã e assistiram à palestra ministrada pela assessora de Planejamento e Infraestrutura da DPMG, Tifanie Avellar Carvalho, em mais uma edição do programa “Universidade na Defensoria Pública”. A visita foi organizada pela professora da Famig, Roberta Salvático Vaz de Mello.

Durante a palestra, Tifanie Avellar explicou aos alunos o que é a Defensoria Pública, o seu papel, sua atuação dentro da sociedade e principalmente sobre a função do defensor público. Além de falar um pou-

co sobre sua atuação como defensora pública, Tifanie Avellar também mostrou alguns projetos realizados pela DPMG como o Mutirão Direito a Ter Pai, Sala de Espera, Defensoria Itinerante, que buscam levar e garantir a igualdade para todos.

Ao final, a defensora esclareceu as dúvidas dos alunos e agradeceu a presença de todos.

Universidade na Defensoria Pública

O programa “Universidade na Defensoria Pública” é uma promoção da Coordenadoria de Capacitação (CCap) da DPMG e tem como finalidade apresentar a Instituição para estudantes de Direito.



A assessora de Planejamento e Infraestrutura, Tifanie Avellar e os alunos da Famig



Coordenadora do Atendimento participa de painel sobre conciliação em curso no Crea-Minas

No dia 24.11.2016, a coordenadora do Atendimento da Capital, Eden Mattar, participou, como explanadora, de painel sobre a temática da conciliação realizado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-Minas).

Também participaram do painel a advogada Célia Barroso, que abordou a conciliação nos conflitos ambientais; o advogado Walter Bernardes, que expôs sobre a conciliação nos conflitos de construção civil; e o secretário-geral da Câmara de Mediação e Arbitragem (CMA) do Crea-Minas, engenheiro Luis Pimenta, que explanou sobre o papel do engenheiro na conciliação.

A atividade integrou a programação de um curso de conciliação gerido pelo Instituto de Direito Democrático (IDDE) e voltado para os profissionais que atuam como conciliadores na Câmara de Mediação e Arbitragem do Crea-Minas.

Ao explicar sobre como a Defensoria Pública pode efetivar a mediação e a conciliação para solucionar conflitos, a coordenadora do Atendimento da Capital, defensora pública Eden Mattar, falou sobre as técnicas diferenciadas adotadas pela Instituição para atender às especificidades do seu público. “Como vamos criar uma solução única de conflitos, quando temos várias diversidades? A conciliação não é um método matemático, não pode ser padronizada. É necessário construir novos formatos de conciliação e mediação, a partir da realidade que temos”, ponderou a defensora pública.

A coordenadora fez um resumo das formas de

solução de conflitos não judiciais utilizadas pela Defensoria Pública, citando o projeto “Sala de Espera – Oficinas de Cidadania”, que promove a educação em direitos; o convênio com o Instituto Ajudar, voltado para casos de drogadição; a atuação na área da saúde, que prioriza soluções administrativas; a conciliação na área cível, que tem índice de cerca de 80% de êxito nos acordos; o Programa de Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar (Mesc), que, em síntese, é um processo de conquista de autonomia na gestão do conflito pela própria escola; o Centro de Mediação e Conciliação Familiar, que possibilita às partes estabelecer o diálogo e construir o próprio acordo, com o auxílio e orientação de defensores públicos capacitados em mediação; e o convênio com a Câmara de Mediação e Arbitragem do Crea-Minas, que busca a mútua cooperação entre a Câmara e a Defensoria, na instauração e/ou assistência jurídica aos procedimentos de conciliação em casos de conflitos que envolvam as diversas áreas da engenharia e agronomia.

Eden Mattar ressaltou, ainda, a necessidade da conscientização efetiva da mudança de paradigma, para que a aplicação de soluções extrajudiciais de conflitos sejam cada vez mais constantes. Ao finalizar, propôs uma nova nomenclatura para os meios adequados/alternativos de solução de conflitos. “Para a Defensoria Pública, a solução extrajudicial de conflitos não é adequada, nem alternativa, é sim, prioritária, como dispõe o artigo 4º da Lei Complementar nº 80, que organiza a Defensoria Pública.



Coordenadora do Atendimento da Capital, Eden Mattar (na mesa, 2ª posição, à direita)



COOPROC / CCAP | Continuação

Servidoras de Vespasiano participam de treinamento na sede da DPMG

Nos dias 24 e 25 de novembro, as servidoras da Defensoria Pública em Vespasiano, Juliana Pereira Duarte e Ivanilde de Jesus Nogueira, participaram de um treinamento na sede da DPMG, com o objetivo de aprender sobre o atendimento, triagem inicial e

as formas de encaminhamento para os defensores públicos. O treinamento foi ministrado pela coordenadora do Atendimento da Capital, Eden Mattar, e também contou com a participação da coordenadora Local de Vespasiano, Romana Costa Luiz de Almeida.



O servidor do atendimento da DPMG, Rodrigo dos Santos Carvalhoes; a servidora Ivanilde de Jesus Nogueira; a coordenadora do Atendimento da Capital, Eden Mattar; o servidor Alfredo José Pinto; e a servidora Neide de Fátima Lacerda



O trabalhador mirim, Fernando Junior; os servidores Alfredo José Pinto Junior e Neide de Fátima Lacerda; a coordenadora do Atendimento da Capital, Eden Mattar; a servidora de Vespasiano, Juliana Pereira Duarte; e o trabalhador mirim, Igor Rodrigues Ribeiro

Bate-Papo Legal aborda temas da Defensoria Especializada do Consumidor

A coordenadora de Atendimento, Eden Mattar, realizou, no dia 18.11.2016, a última edição do “Bate-Papo Legal” de 2016. No fechamento do projeto, o defensor público, Daniel Firmato de Almeida Glória, coordenador da Defensoria Especializada do Consumidor, conversou com os servidores e funcionários do Atendimento, oportunidade em que tirou dúvidas e esclareceu sobre os procedimentos da

área, as dificuldades mais comuns em torno do conceito de consumidor.

Em sua exposição, Daniel Firmato discorreu sobre as especificidades do atendimento prestado pela Defensoria do Consumidor. Para o defensor público, “o encontro é de alto significado, pois permite a interação entre os defensores e o atendimento inicial, visando à uniformização de ações, o que agiliza o trabalho de todos”.



Os defensores públicos, Daniel Firmato e Eden Mattar, e o servidor Alfredo José Pinto durante o Bate-Papo Legal



COOPROC / CCAP | SALA DE ESPERA

“Sala de Espera” oferece boa música aos assistidos

No dia 22.11.2016, os assistidos que procuraram atendimento nas Unidades I e II da Defensoria Pública em Belo Horizonte foram recebidos com uma apresentação de violino executada pelo professor da Escola de Música da UFMG, Max Teppich.

Durante a atividade, que integrou a programação do projeto “Sala de Espera – Oficinas de Cidadania”, o professor Max Teppich executou “O Adágio”, de Mozart, o solo “Meditação”, da ópera de Jules Massenet, e “Ao pé da Figueira”, do compositor brasileiro Flausino Vale.



O músico Max Teppich acompanhado pela defensora pública, Eliane Medeiros, que está à frente do Projeto “Sala de Espera”

Alerta para cuidados com o comércio eletrônico

No dia 29.11.2016, em mais uma edição do Projeto “Sala de Espera”, a advogada e colaboradora do Movimento das Donas de Casa de Minas Gerais (MDCMG), Gabriella de Castro Vieira, ministrou palestra com o tema “Atenção e cuidados com o comércio eletrônico”, para os assistidos que aguardavam atendimento nas unidades I e II da Defensoria Pública na Capital.

Ao destacar a facilidade e praticidade de comprar pela internet, a advogada alertou para a necessidade de fazer um planejamento e usar a consciência. Gabriella Vieira forneceu informações sobre direitos do consumidor para compras também em lojas físicas. E finalizou, ressaltando a importância de buscarem informações e fazerem valer os seus direitos, “para que as empresas passem, cada vez mais, a respeitá-los”.



A advogada Gabriella Vieira e a defensora pública, Eliane Medeiros, que está à frente do “Sala de Espera”

Dicas e conselhos para evitar o endividamento com as compras de Natal

“Cuidados com as compras de fim de ano” foi o tema da edição do Projeto “Sala de Espera – Oficinas de Cidadania” do dia 30.11.2016. Parcimônia e controle foram a tônica da palestra proferida pelo coordenador da Defensoria Especializada do Consumidor, Daniel Firmato de Almeida Glória.

Daniel Firmato destacou que, mesmo em um ano difícil, com desemprego, redução de salários e aumento do volume de empréstimos consignados, final de ano é época em que a vontade de comprar e presentear aumenta. Segundo o coordenador, isso é im-

portante e faz parte da vida, porém não devemos nos deixar levar pelo apelo da publicidade e é necessário evitar comprar o que não podemos, para escapar do endividamento.

O defensor público aconselhou os assistidos a deixarem o cartão de crédito em casa e saírem apenas com o dinheiro pré-estabelecido para as compras, que devem ser planejadas. Alertou sobre o risco de compras no carnê, em muitas prestações e com o primeiro pagamento para datas futuras.

continua >>

COOPROC / CCAP | SALA DE ESPERA >> Continuação

Dicas e conselhos para evitar o endividamento com as compras de Natal

Ao finalizar a palestra, ressaltou que o direito deve ser preventivo e que evitar o endividamento é mais fácil do que pagar as dívidas. “Independentemente de religião, final de ano é um momento especial, pois representa o fim de um ciclo e o início de outro. É um momento de alegria, de celebração e de reflexão. O sonho faz parte do ser humano e saber esperar é importante. Seja transparente, converse com sua família e comemore sem colocar o carro na frente dos bois, evitando assim, começar o ano novo com dívidas”, aconselhou Daniel Firmato.



Coordenador da Defensoria Especializada do Consumidor, Daniel Firmato, acompanhado pela defensora pública, Eliane Medeiros, que está à frente do “Sala de Espera”

Projeto Escutatória realiza último encontro do ano

O Projeto Escutatória realizou seu último encontro do ano, dia 17.11.2016, no auditório da Defensoria Pública, na Capital. Conforme a coordenadora do projeto, Eliane Medeiros, em atuação na área de Família em Belo Horizonte, no encontro, “o grupo fez um balanço do ano, levantando os pontos positivos e negativos das reuniões do projeto, que tem como objetivo restaurar o equilíbrio emocional das pessoas quando compartilham suas dificuldades”.

Eliane Medeiros esclareceu que “a turma evoluiu muito, o que pode ser percebido entre os participantes, visto que alguns chegaram cabisbaixos, com a autoestima dilacerada; e, hoje, têm consciência de suas limitações e se fortaleceram um com o outro. A participação da psicóloga Raquel Azevedo foi fundamental para o trabalho dessas emoções e o sucesso do projeto”.



Último encontro do ano realizou um balanço das ações do Escutatória em 2016

>> As inscrições para participação no projeto podem ser feitas na recepção das unidades I ou II da Defensoria Pública, de 8h às 12h e de 14h às 18h, bastando nome completo e telefone de contato. As vagas são limitadas.

Defensoria Itinerante em Conceição do Mato Dentro

A convite do Ministério Público, nos dias 23 e 24 de novembro, a Defensoria Pública Itinerante prestou atendimento nos municípios de Santo Antônio do Rio Abaixo e Morro do Pilar, pertencentes à comarca de Conceição



A coordenadora Local de Conceição do Mato Dentro, Izabella Pires Costa, realizou atendimentos nas áreas Cível, Família e Criminal

do Mato Dentro. Durante a ação, a coordenadora Local em Conceição do Mato Dentro, defensora pública Izabella Pires Costa, prestou 43 atendimentos na área de Família, cinco na área Cível e três na área Criminal.

Para Izabella Costa, “a atuação foi gratificante, pois atendemos todos aqueles que não podem se deslocar à comarca em razão da insuficiência de recursos e ausência de transporte público”. A defensora pública também contou com o apoio dos motoristas da DPMG, Mauro e Maurício, que ajudaram na realização da triagem e distribuição de senhas.

Durante a ação, foram realizados teatros, palestras e audiências públicas. A atividade também contou com atendimentos realizados pelo Ministério Público, por meio do MP Itinerante, da Faculdade de Direito Milton Campos, que forneceu orientação na área previdenciária, e do Cartório de Registro Civil.



PREMIAÇÃO

Projeto Mesc é um dos vencedores do Prêmio Mineiro de Direitos Humanos (PMDH)

O Projeto Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar (Mesc), conduzido pela defensora pública, Francis de Oliveira Rabelo Coutinho (foto), em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), está entre os vencedores do Prêmio Mineiro de Direitos Humanos (PMDH) – Edição 2016, concedido pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (Sedpac).

Neste ano, com o tema “Mediação de Conflitos Coletivos e Outras Formas de Prevenção e Solução Pacífica de Conflitos Coletivos”, a premiação avaliou ações, programas ou projetos voltados à promoção, proteção e defesa de direitos humanos executados por órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de âmbito estadual, em três categorias: Prevenção de Conflitos Coletivos; Solução Pacífica de Conflitos Coletivos; Outras Formas Alternativas de Prevenção e/ou Solução Pacífica de Conflitos, sendo dois premiados em cada.

O Projeto Mesc foi selecionado na categoria Solução Pacífica de Conflitos Coletivos, juntamente com o projeto “Núcleo de Mediação Restaurativa de Trânsito” desenvolvido pela Delegacia Especializada em Acidentes de Trânsito – Detran – Polícia Civil de Minas Gerais.

Solenidade

A solenidade de entrega do PMDH será no dia 05.12.2016, às 16h, no auditório Paulo Camilo do BDMG (Rua da Bahia, nº 1.600, Lourdes – BH/MG). Os ganhadores receberão um troféu produzido especialmente para este fim em parceria com a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

Com informações da Sedpac

Prêmio

Criada no ano passado, a premiação tem o objetivo de valorizar os segmentos que se destacaram nas práticas de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos no Estado. Na primeira edição, foram premiados 33 municípios em Minas Gerais que registraram índice zero de homicídio nos últimos 10 anos.

Para avaliar e selecionar os vencedores foi instituído um Grupo de Trabalho composto por representantes da Sedpac, da Mesa de Diálogo e Negociação do Estado, do Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) e do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (Conedh).

DPMG NA MÍDIA

Defensor público fala sobre adoção no programa *Via Justiça*

O coordenador da Defensoria Especializada de Infância e Juventude Cível, Wellerson Eduardo da Silva Corrêa, participou, juntamente com o juiz Leonardo Antônio Bolina Filgueiras, da Vara da Infância, Juventude e Execuções Penais de Betim, do



programa *Via Justiça* que abordou o tema “adoção e violência contra criança”.

Produzido pela Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), em parceria com a TV Assembleia, o programa foi ao ar no dia 03.11.2016.

Acesse aqui Adoção e violência contra criança – 1º Bloco

Adoção e violência contra criança – 2º Bloco

Adoção e violência contra criança – 3º Bloco

O coordenador da Defensoria Especializada de Infância e Juventude Cível, Wellerson Eduardo da Silva Corrêa (1º à esquerda)





Visitas ao Gabinete

Defensora-geral recebe coordenador da Regional Triângulo II

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu, no dia 18.11.2016, em seu gabinete, o coordenador da Regional Triângulo II, Evaldo Gonçalves de Cunha. No encontro, foram tratados assuntos relativos à Regional.



O coordenador da Regional Triângulo II, Evaldo Gonçalves, durante visita a DPG Christiane Malard

Defensores públicos da Unidade de Varginha

Ainda no dia 18.11.2016, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu a coordenadora da Regional Circuito das Águas, Diléa Maria Chaves Reis Teixeira, e o coordenador Local de Varginha, Márcio Salgado Almeida, para tratar de assuntos relacionados à

comarca de Varginha.

O encontro também contou com a participação do assessor de Planejamento e Infraestrutura, Rafael de Freitas Cunha Lins, e do assessor Institucional, Péricles Batista da Silva.



A coordenadora da Regional Circuito das Águas, Diléa Maria Chaves; o coordenador Local de Varginha, Márcio Salgado; a DPG Christiane Malard; o assessor de Planejamento e Infraestrutura, Rafael de Freitas Cunha; e o assessor Institucional, Péricles Batista da Silva

Defensora-geral recebe prefeito de Santo Antônio do Monte

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu, no dia 21.11.2016, a visita do prefeito de Santo Antônio do Monte, Edmilson Aparecido Costa, do vereador, Antônio Sebastião Miranda, e do assessor parlamentar da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), José Paulo de Carvalho.

Na ocasião, foram discutidas as perspectivas da instalação de uma unidade da Defensoria Pública no município de Santo Antônio do Monte. Participaram também da reunião as assessoras Institucionais da Defensoria-Geral, Cibele Cristina Maffia Lopes e Diana de Lima Prata Camargos.



As assessoras Institucionais, Cibele Maffia Lopes e Diana de Lima Prata Camargos; o assessor parlamentar da ALMG, José Paulo de Carvalho; a DPG Christiane Malard; o prefeito de Santo Antônio do Monte, Edmilson Aparecido Costa; e o vereador, Antônio Sebastião Miranda





VISITAS DO GABINETE | *Continuação*

Defensora-geral recebe participantes do I Encontro de Execução Penal

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu, em seu gabinete, no dia 01.12.2016, a visita do juiz auxiliar de Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Thiago Colnago Cabral, que ministrou a palestra de abertura do I Encontro Estadual

de Execução Penal. Participaram do encontro os assessores Nikolas Macedo Katopodis (Institucional) e Maria Valéria Valle da Silveira (de Planejamento e Infraestrutura), além do coordenador Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo.



O coordenador Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo; o assessor Institucional, Nikolas Macedo Katopodis; a defensora pública-geral, Christiane Malard; o juiz Thiago Colnago Cabral; e a assessora de Planejamento e Infraestrutura, Maria Valéria Valle da Silveira

Secretário de Estado de Casa Civil

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, acompanhada do subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima, recebeu, em seu gabinete, no dia 01.12.2016, a visita do secretário de Estado de Casa Civil e Relações Insituacionais, Marco Antônio de Rezende Teixeira. O secretário participou da abertura dos trabalhos da tarde do Encontro de Execução Penal.

O subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima; a defensora pública-geral, Christiane Malard; e o secretário Marco Antônio de Rezende



Promotor de Justiça de São Paulo

Ainda no mesmo dia, o promotor de Justiça de São Paulo, Renato Flávio Marcão, também visitou o gabinete da defensora-geral, Christiane Malard, antes de proferir a palestra “Garantias Constitucionais na Execução Penal”, no Encontro Estadual. A defensora-geral estava

acompanhada da assessora de Planejamento e Infraestrutura, Maria Valéria Valle da Silveira, e da coordenadora de Capacitação Hellen Caires Teixeira Brandão. (Veja matéria do I Encontro Estadual de Execução Penal nas páginas 33 e 34).



O promotor de Justiça, Renato Flávio Marcão; a assessora de Planejamento e Infraestrutura, Maria Valéria Valle da Silveira; a defensora pública-geral, Christiane Malard; a coordenadora de Capacitação, Hellen Caires Teixeira Brandão





Convite

Vamos ajudar a alegrar o Natal das crianças atendidas pela ONG “O Proação”?

A Defensoria Pública está arrecadando **presentes** para crianças de zero a seis anos, que moram na Casa de Acolhimento “Mãos de Maria”, que cuida de crianças que foram retiradas de seus lares por determinação judicial; e na Casa de Acolhimento “Filhos de Nazaré”.

Estamos arrecadando também **caixas de bombons, panetones e biscoitos recheados (wafer)**, para ajudar a compor kits que serão doados para as meninas que participam do “Projeto Ritmo e Movimento”, desenvolvido pela ONG.

As doações devem ser entregues na Ascom (Unidade I, 9º andar), até o dia 16/12, das 9 às 18 horas.

Participe!
Faça uma criança sorrir neste Natal!





HOMENAGEM PÓSTUMA

Magistrados e servidores da comarca de Pedro Leopoldo lamentam o falecimento do defensor público Adriano Lúcio dos Santos

Por meio de ofício dirigido à defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, o diretor do Foro da comarca de Pedro Leopoldo, juiz de Direito Otávio Batista Lomônaco, em nome dos magistrados e servidores públicos da comarca,

expressou profundo pesar pelo falecimento do defensor público, Adriano Lúcio dos Santos, no dia 10 de novembro, em Pedro Leopoldo.

[Clique aqui para ler o ofício.](#)

ADRIANO LÚCIO DOS SANTOS

Tomou posse na Defensoria Pública de Minas Gerais em 10 de janeiro de 2014, oriundo do III Concurso de Ingresso na Carreira, realizado em 1997. Adriano tinha 22 anos de advocacia, mestrado, três especializações e, antes de ingressar na Instituição, ocupou o cargo de advogado sênior concursado na Companhia de Saneamento Básico de Minas Gerais (Copasa). Atuava na Defensoria Criminal de Pedro Leopoldo desde 2015.

FOTO: ASCOM/ADEP-MG



BOLETIM DA DEFENSORIA-GERAL.

Produção: Assessoria Institucional. Apoio: Chefe de Gabinete e Assessoria de Comunicação.

Diagramação: Comunicação Visual/Ascom

